

# REVISTA

ACADEMIA TOURENSE DE CIÊNCIAS,  
CULTURA E POLÍTICA



Volume I

Ano 2021

**Presidente da Academia Tourense de Ciências, Cultura e Política**

Antonio Tenório Sobrinho Filho

**Secretário Geral**

Flávio Patrício França da Silva

**Diretor Financeiro**

Sérgio Henrique da Silva Justino

**Diretora Administrativa**

Brenna Thuanne Vieira de Assis Tenório

**Diretor Cultural**

Levi Rodrigues de Miranda

**Diretor Científico**

Igo Pedro de Lima

**Diretor Político**

Manoel Luiz do Nascimento

**Presidente do Conselho Fiscal**

Júlio José Silva Nascimento

**Primeira Secretária**

Leide Jane Cruz Vieira

**Segunda Secretária**

Samita Raquel de Lima Bezerra

**Primeiro Suplente**

Amaury Felipe de Oliveira

**Segundo Suplente**

Luiz Cláudio Penha da Silva

**Comissão Editorial:**

Hudson Bento de Almeida

Brenna Thuanne Vieira de Assis Tenório

Leide Jane Cruz Vieira

**Fotografias:**

Francisco de Assis

Hudson Bento de Almeida

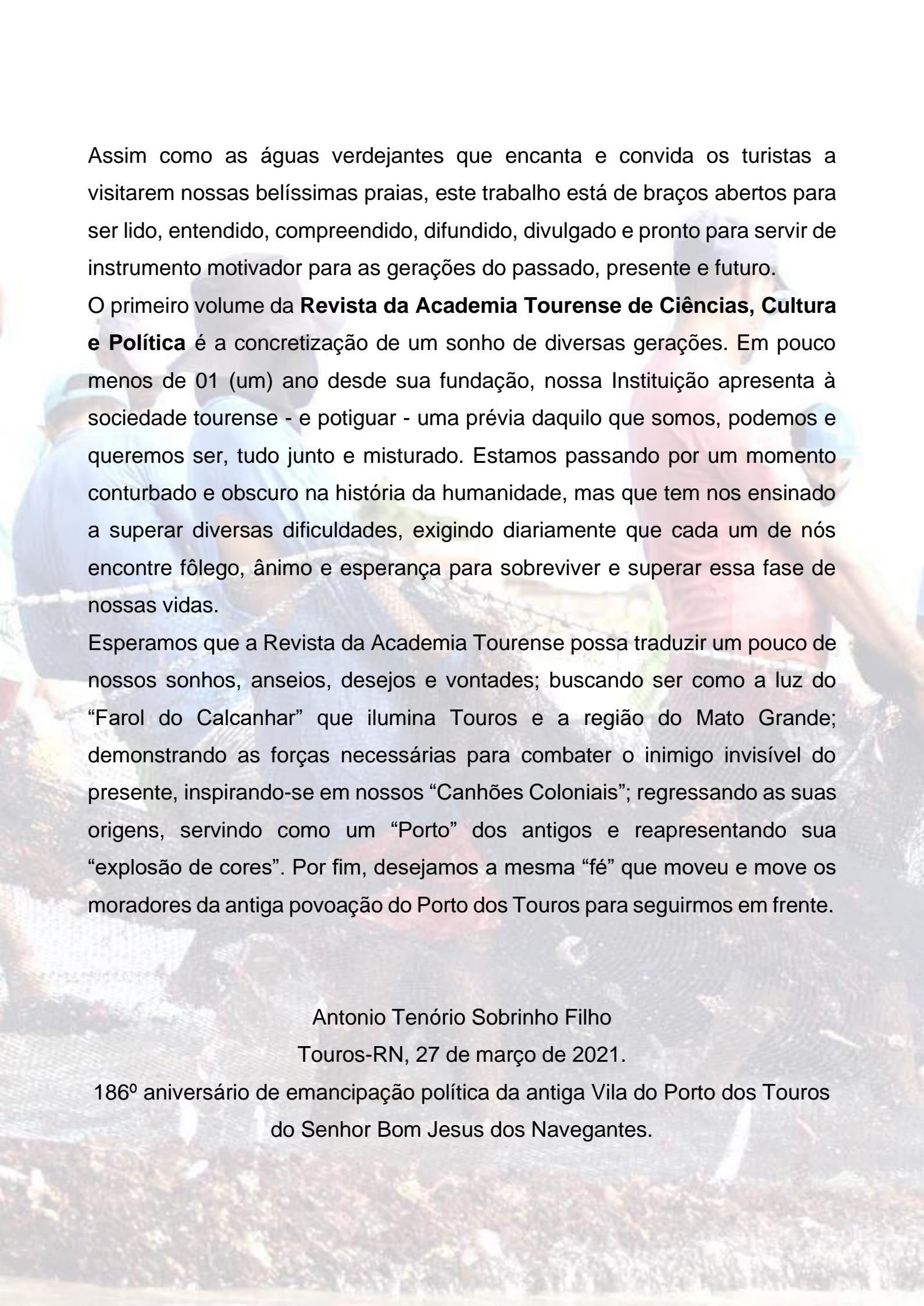
## **EDITORIAL**

**“Das tuas pedras às águas dos teus rios,  
Dos teus campos ao luar,  
És pra mim, a terra mais amada,  
Desta terra potiguar”.**

**(HINO DE TOUROS-RN, IVANILDO PENHA)**

Esqueçam, por um momento, Sócrates, Platão, Aristóteles, Pitágoras, Agostinho, Shakespeare, Camões, Rousseau, Adam Smith, Bourdieu, Marx, Machado de Assis, Cervantes, Neruda, Gilberto Freire, Câmara Cascudo e tantos outros nomes consagrados na literatura nacional e internacional. Que possamos neste momento épico para a sociedade tourense lembrarmos-nos de José Porto Filho, Geraldo Gonzaga, Nelson e Nilson Patriota, Severino Ferreira, Júlio Maria do Nascimento e tantos outros filhos deste torrão amado que dedicaram parte de sua vida terrena a construir um pedaço da História desta esquina do Brasil.

Filhos de pescadores, agricultores, comerciantes, professores, bem como de profissionais essenciais que compõe o lastro de nossa economia estão reunidos “intelectualmente” neste singelo trabalho. “Singelo” da mesma forma que as antigas jangadas que por muito tempo permitiram o bravo pescador conquistar seu sustento nos mares deste norte. Entretanto, esta singeleza se reveste de robustez, autoridade, responsabilidade e coragem, atributos tão caros, necessários e utilizados constantemente por nossos pescadores.



Assim como as águas verdejantes que encanta e convida os turistas a visitarem nossas belíssimas praias, este trabalho está de braços abertos para ser lido, entendido, compreendido, difundido, divulgado e pronto para servir de instrumento motivador para as gerações do passado, presente e futuro.

O primeiro volume da **Revista da Academia Tourense de Ciências, Cultura e Política** é a concretização de um sonho de diversas gerações. Em pouco menos de 01 (um) ano desde sua fundação, nossa Instituição apresenta à sociedade tourense - e potiguar - uma prévia daquilo que somos, podemos e queremos ser, tudo junto e misturado. Estamos passando por um momento conturbado e obscuro na história da humanidade, mas que tem nos ensinado a superar diversas dificuldades, exigindo diariamente que cada um de nós encontre fôlego, ânimo e esperança para sobreviver e superar essa fase de nossas vidas.

Esperamos que a Revista da Academia Tourense possa traduzir um pouco de nossos sonhos, anseios, desejos e vontades; buscando ser como a luz do “Farol do Calcanhar” que ilumina Touros e a região do Mato Grande; demonstrando as forças necessárias para combater o inimigo invisível do presente, inspirando-se em nossos “Canhões Coloniais”; regressando as suas origens, servindo como um “Porto” dos antigos e rerepresentando sua “explosão de cores”. Por fim, desejamos a mesma “fé” que moveu e move os moradores da antiga povoação do Porto dos Touros para seguirmos em frente.

Antonio Tenório Sobrinho Filho

Touros-RN, 27 de março de 2021.

186º aniversário de emancipação política da antiga Vila do Porto dos Touros do Senhor Bom Jesus dos Navegantes.

## À ACADEMIA

Era um cego incurável onde a floravam as trevas  
O pedagógico mito da caverna, o esquecimento  
Um funeral que nos deixava cheio de remorsos  
Em uma nuvem que tangível se rendia ao vento  
Cultura sucumbindo as corrosões das maresias  
Assistíamos incrédulos aos golpes do desalento

Que haja luz eis aí a frase que a todos transforma  
E uma brisa varreu os neurônios e amanhece o dia  
Um sol percorre os vasos colorindo o puro sangue  
Era a jangada da esperança que se perdeu um dia  
Mas o mar do esquecimento na força a regurgitou  
Escrevendo em sua vela os símbolos da Academia

Filha do sol herdeira dos mares que a todos abraça  
Guardiã da alma tourense tão parcialmente mística  
Amores cientificamente comprovados nessa aridez  
Sonho verde protegido do veneno pobre da crítica  
Coração pulsante ressuscitando o orgulho pioneiro  
Reduto de ideias, farol que aponta a nova política

Pescadora de anseios, santuário das reencarnações  
Tradições que nos criaram, costumes imorredouros  
Corpo da princesa do litoral norte aos nossos olhos  
Povo da esquina venha rever a vila e seus tesouros  
Lágrimas de felicidade viajam ao teu passado belo  
E a Academia escrevendo te amo a minha Touros

Antepassados retornem para se verem no espelho  
História volte ao seu lugar de honra com fantasia  
Cultura entre em seu ninho e cante seu belo hino  
Política venha acolher nosso povo seja nossa guia  
Desfrutai das bênçãos que esta página reescreve  
Abre teus braços e acolhe com afeto a Academia

Flávio Santos  
Biólogo (UERN)  
flavioesperto@hotmail.com



# SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| PREFÁCIO.....  | 07 |
| <i>Anderson Tavares</i>  |    |
| POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER E CULTURA: UM OLHAR SOBRE O CENTRO DE TURISMO .....  | 08 |
| <i>Ana Matilde</i>   |    |
| ARTE E CULTURA NA SOCIEDADE TOURENSE.....  | 13 |
| <i>Antonio Tenório</i>   |    |
| MICROEMPREENDEDOR TOURENSE: UM PASSO A PASSO PARA SER SEU PRÓPRIO PATRÃO .....   | 23 |
| <i>Brenna Thuanne</i>  |    |
| ANÁLISE DO PIB NOMINAL E PIB PER CAPITA DA REGIÃO DO MATO GRANDE, COM FOCO NO MUNICÍPIO DE TOUROS/RN .....   | 28 |
| <i>Flávio Patrício</i>   |    |
| DEIXEI DE SER UM “GALADO” E PASSEI A SER UM “CANÇU BRABU”: UM RELATO DO IMPACTO DAS VARIAÇÕES LINGÜÍSTICAS.....  | 46 |
| <i>Hudson Bento</i>  |    |
| A UTILIZAÇÃO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA (REURB) COMO MEIO DE INTEGRAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DA POPULAÇÃO DOS BAIROS MAIS DESPROVIDOS DO NOSSO MUNICÍPIO ..... | 52 |
| <i>Júlio Nascimento</i>  |    |
| AÍ QUER MEXA! A DIVERSIDADE LINGÜÍSTICA NOS DIZERES E OS CAUSOS DA COMUNIDADE CAJUEIRENSE.....   | 57 |
| <i>Levi Rodrigues</i>  |    |
| AS BANDEIRINHAS DE TOUROS, O FEMINISMO E A ACADEMIA.....   | 68 |
| <i>Luiz Penha</i>  |    |
| ECOS DE UM ESQUECIMENTO: OS ÍNDIOS DA FREGUESIA DO SENHOR BOM JESUS DOS NAVEGANTES DO PORTO DE TOUROS (SÉCULO XIX) .....   | 71 |
| <i>Pedro Júnior</i>  |    |

Cultura é a soma dos produtos, bens, valores, descobertas, invenções e demais fatores materiais ou imateriais, corpóreos ou incorpóreos, concretos ou abstratos que atuam sobre uma sociedade e influenciam a vida do povo; chega a ser para o indivíduo um poder gerador e transformador. Quanto maior sua penetração, mais prováveis as sucessivas mudanças da atmosfera social.

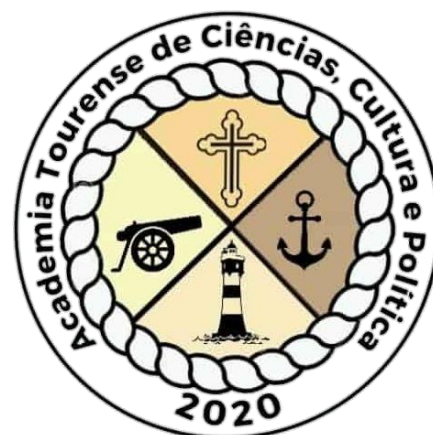
Nesse contexto, surgiu a Academia Tourense de Ciências, Cultura e Política, e com ela a sua revista, importante repositório do que existe de melhor e mais seleta nas letras municipais, a revista surge já um clássico, representante das melhores tradições locais e regionais.

Trata-se de uma importante publicação, dividida em nove artigos, que versam sobre variados temas, todos voltados ao estudo e a compreensão do município de Touros e da região do Mato Grande. Os articulistas são exímios observadores da cultura e possibilidades locais, o que se pode aferir através dos escritos que reafirmam uma identidade tão cara ao Rio Grande do Norte.

O advento do lançamento da revista se reveste de fundamental importância na medida em que divulga a cultura do município de Touros, por meio de seus acadêmicos e colaboradores, contribuindo de forma decisiva à propagação da história e das potencialidades da cidade para todo o território nacional.

Além disso, a obra convoca os pesquisadores e estudiosos a questionarem e aprofundarem seus conhecimentos, reverem posições e, igualmente, tomarem contato com novas e desafiadoras realidades que, no afã do cotidiano e no torvelinho da revolução técnica, podem, por vezes, nos passar despercebidas, quando, com efeito, requerem reflexão verticalizada.

*Anderson Tavares de Lyra*  
*Historiador*





## 1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER E CULTURA: UM OLHAR SOBRE O CENTRO DE TURISMO

Ana Matilde Vasconcelos do Nascimento Santos

Mestre em turismo (UFRN).

E-mail: ana.tilde@hotmail.com.

### Introdução

**A**s políticas públicas surgiram com a finalidade de organizar a sociedade e posteriormente acabar com os problemas sociais, em um mundo marcado pela exclusão social, pela violência e pela crise, em que se permeava a necessidade de estabelecer limites e condições ao próprio Estado para estabelecer ordem social.

Devido a esses aspectos, surgiu a necessidade de criar normas para colocar ordem na sociedade, uma delas se deu através da criação dos direitos humanos, onde se tinha uma sociedade marcada pela escravidão do trabalho e exploração infantil, entre outras circunstâncias.

Somente em 20 de novembro de 1959 é que foi aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), passando a vigorar dez declarações, uma das quais instituiu que toda criança

passaria a ter seus direitos fiscalizados pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a fim de integrá-las na sociedade, contribuindo com a sua formação humana, para se tornarem adultos dignos, podendo assim viver em sociedade.

Contudo, as pessoas foram adquirindo espaço na sociedade, formando assim uma cidadania estabelecida por direitos civis e políticos que organiza a qualidade própria e inerente dos indivíduos diante do Estado, verificando-lhes o poder legítimo e o dever de participar da vida pública. Outro fator que deve ser ressaltado é a respeito do trabalho que é notado na vida do homem com vários propósitos, como o respeito, os valores sociais e as realizações pessoais, garantindo sua existência humana no mundo social que se encontra cada vez mais capitalista.

Nesse contexto, houve a necessidade de facultar a Carta Internacional de educação para o lazer, com o intuito de amenizar a rotina do trabalho, informando aos governos, às organizações não-governamentais e às instituições de ensino, sobre os benefícios e contribuições do lazer e da educação para e pelo lazer, honrando dessa maneira os direitos do próximo.

Atualmente, sabe-se que no Brasil a animação recreativa ainda está em fase de desenvolvimento, isto porque o governo dá prioridade à política de saúde e, além disso,

é preciso se trabalhar mais com as políticas direcionadas à animação recreativa e ao lazer em si, visto que, esse setor deveria ser visto com mais atenção por parte do governo, onde a procura é mais significativa por causa da escassez no mesmo, deixando então as atividades recreativas à espera.

Enfim, é compreensiva a aplicação de políticas públicas mais assíduas no Estado Brasileiro, para desempenhar melhor o esporte e o lazer, desenvolvendo assim, ações e programas na área urbana como nos centros, nas escolas, para atrair cada vez mais os alunos e também para o setor turístico, que nesse último a iniciativa vem do setor privado.

É necessário que haja um melhor planejamento e organização dos recursos para a resolução de problemas e posteriormente atrair uma plateia para exercer e visualizar as atividades recreativas, despertando interesse por parte das empresas privadas e da comunidade.

As pessoas se preocupam muito em buscar e validar os seus direitos como cidadãos, por causa dos erros advindos das ações políticas, em que a maioria desses que se encontram no poder utiliza da arte e da cultura para expor uma democracia pouco vista no país sendo exercida pelo governo.

Diante disso, nosso objetivo é mostrar um breve histórico das políticas de lazer e cultura, bem como apresentar o

centro de turismo de Touros como um espaço de lazer e cultura do município, voltado para o público em geral, bem como os turistas que visitam a cidade, com o intuito de poder divulgar um pouco da região, os costumes, pois é um espaço importante que abriga o artesanato e souvenirs turísticos.



### O Centro de Turismo de Touros

O Centro de Turismo de Touros/RN é de grande importância para o desenvolvimento da cultura do município, considerado um patrimônio histórico da cidade. Nele podemos encontrar os trabalhos artesanais como o bordado, o crochê, fuxicos, os souvenirs como camisetas, bolsas, chaveiros, imãs de geladeira, entre outros.

Nesse estabelecimento é possível desfrutar um momento de história e lazer ao visitar o Museu de Touros, localizado nesse espaço. Dessa forma, a nossa cultura passa a ser conhecida e valorizada.

Cultura é informação, isto é, um conjunto de conhecimentos teóricos e práticos que se aprende, e transmite aos contemporâneos. A cultura é o resultado dos modos como os diversos grupos humanos foram resolvendo os seus problemas ao longo da história. Cultura é criação.



Segundo Vannucchi, (1999, p. 22), “tudo o que é produzido pelo ser humano é cultura”. O lazer é um direito de todo e qualquer ser humano. Possibilita fugir da rotina e gastar o tempo livre em algo que traga prazer e poder de usufruir daquilo que satisfaz os desejos e as necessidades.

De acordo com Dumazedier, (1973, p. 21, grifo do autor), “o lazer apresenta-se como um elemento central da cultura *vivida* por milhões de trabalhadores, possui relações sutis e profundas com todos os grandes problemas oriundos do trabalho, da família e da política [...]”.

O lazer ali proposto não é apenas o de gastar o tempo livre, mas também o de proporcionar conhecimento histórico, que representam um povo e sua cultura.

Em Dumazedier (1973, p. 141, grifo do autor):

[...] o lazer não pode ser considerado unicamente como um tempo liberado, um quadro temporal, um “espaço no qual se dá o desenvolvimento humano”. Compreende ele um conjunto de atividades ambíguas, ligadas a modelos e valores que de certa forma determinam o próprio conteúdo da cultura popular.

### **A importância do espaço de lazer**

Espaço de lazer pode ser visto de forma genérica como lugar em que se desenvolvem de maneira geral ações, atividades, projetos e programas de lazer. E de modo específico nomeado como sendo determinado equipamento de lazer. Em contexto mais amplo, poder ser referenciado como um dos aspectos de uma determinada política de lazer.

De acordo com alguns pesquisadores, o termo espaço de lazer passa a ser estudado de modo vinculado como as políticas e planejamentos de lazer. Em que variáveis, como tempo, espaço, atividade, animação, equipamentos são fundamentais.

Ao se falar de espaço de lazer se faz necessário uma gama de conhecimentos advindos de várias disciplinas, a saber:

geografia, arquitetura, sociologia. Pois, lidam com a temática do espaço num panorama mais amplo. Vale salientar que, inúmeros arquitetos e urbanistas colocam o espaço de lazer, mesmo de maneira funcionalista, como aspecto fundamental do planejamento urbano.

Segundo Luce, (2004, p. 42):

O espaço de lazer possui importância mesmo por se caracterizar como espaço de encontro, de convívio, do encontro como o “novo” e com o diferente, lugar de práticas culturais, de criação, de transformação e de vivências, no que diz respeito a valores, conhecimentos e experiências.

O espaço no qual habitamos hoje, simplesmente não deve mais ser dito como sendo “natureza”, pois é espaço social, é político, é econômico e as relações exercidas sobre este determinam, não apenas o esboço, mas ainda o uso que se faz sobre tal. Isto quer dizer que, de maneira geral o espaço tem significação política, esta significação também recai sobre o espaço de lazer.

Denunciam os geógrafos que, o planejamento urbano sofre pressão pela lógica da especulação imobiliária: as partes das áreas mais abastadas do espaço urbano não são planejadas, pois o Estado tem menos força que o mercado.

Sendo o espaço ligado à política, o espaço de lazer fica prejudicado no que tange ao pensar e fazer de uma política pública, dependendo dos preceitos com os quais estão pautadas as concepções de homem, de mundo e de sociedade com as quais se trabalham. Os últimos estudos acadêmicos têm contribuído de forma salutar para o aprimoramento das discussões sobre a temática espaço de lazer.

### Considerações finais

Conclui-se que o lazer foi uma ideia do homem na qual é visto hoje como uns dos principais segmentos que passou assim a integrar a agenda das políticas públicas devido ao seu crescimento econômico como, por exemplo, os projetos e a participação da comunidade afim de um desenvolvimento local.

No Centro de Turismo percebe-se que há um grande potencial a ser explorado, tendo em vista o artesanato, atividades culturais, a história do povo tourense. Trata-

se de um local que tem um ambiente relevante e significativo. Desse modo, compreende-se a importância do desenvolvimento de projetos que atraiam cada vez mais os visitantes e turistas para o fomento da atividade turística no município, tendo em vista o grande potencial que a localidade possui para essa atividade econômica.

### Referências

ARANTES, Antônio Augusto. **O que é cultura popular**. São Paulo: Brasiliense, 2004. (Coleção Primeiros Passos).

BARRETO, Margarita. **Turismo e legado cultural**: as possibilidades de planejamento. Campinas: Papirus, 2000. (Coleção Turismo).

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

GOMES, Chistianne Luce. **Dicionário crítico do Lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

VANNUCCHI, Aldo. **Cultura brasileira: o que é, como se faz**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.



## 2 ARTE E CULTURA NA SOCIEDADE TOURENSE

Antônio Tenório Sobrinho Filho

Mestrando em Música (UFPB)

E-mail: tenorio08\_antonio@outlook.com

### Introdução

**A** sociedade tourense é fruto de uma intensa mistura de raças e povos com origens diversas. Antes mesmo dos europeus chegarem por estas terras, povos indígenas já a habitavam. A presença da cultura - e porque não da arte - indígena ainda é visível em nossos dias. As palavras a seguir têm origem na língua tupi, vejamos: Maceió do tupi *maçayo* ou *maçaió-k*, que significa o tapa alagadiço ou ainda *masseió*, nome que os tupinambás davam às lagoas formadas pelas águas pluviais. Cajueiro termo de origem tupi, *aka'iu* que designa uma árvore da espécie *Anacardium Occidentale* (SILVA; MELO, 2014). Samburá também do tupi *samu'ra*, cesto de boca estreita feito de cipó ou taquara, utilizado para carregar/transportar material de pesca. Quixaba palavra derivada também do tupi, *keçaba*, pode adquirir os seguintes significados: o ninho, o lugar de dormir, cama, rede (BRAGANÇA JÚNIOR, 1992).

Sem entrar na discussão sobre a origem do nome da cidade, outro termo indígena que foi bastante utilizado em séculos passados foi Suaçu-Guaçu, conforme nos ensina o notório tourense Nilson Patriota. Para este pesquisador, Suaçu-Guaçu era o nome dado pelos indígenas ao rochedo de pedra localizado na praia de Touros, ou melhor, o nosso tourinho. Explica ainda que devido os povos indígenas de nossa região não terem conhecimento da existência do gado vacum (touro), associaram a pedra a um animal de grande porte que eles conheciam até então. Daí o significado de Suaçu-Guaçu ser Veado Grande.

Após o contínuo contato com os europeus, e a chegada do gado vacum (touro), passou-se a chamar Touro Grande e assim por diante, sofrendo inúmeras variações até chegar aos dias de hoje, o qual conhecemos por tourinho (PATRIOTA, 2000).

Além dos povos indígenas, o território da antiga freguesia do Senhor Bom Jesus dos Navegantes do Porto dos Touros foi formado predominantemente por europeus e povos africanos que vieram para o Brasil sob condições de trabalho escravo. Assim como a maior parte do nosso País, podemos dizer que a sociedade tourense é caracterizada pela fusão de raças, de costumes, de tradições, de crenças, enfim, o tourense é um ser que transborda arte e cultura.

O objetivo das reflexões inseridas neste texto é discorrer sobre os conceitos de arte e cultura com o intuito de aplicá-los no contexto da sociedade tourense. Primeiramente, discute-se o conceito de arte e, logo depois, as possíveis definições para o termo cultura. Após isso, apresenta-se alguns exemplos de arte e cultura tourense. Por último, teceremos algumas considerações finais dando ênfase no cenário artístico e cultural local, bem como apontamos possíveis soluções e estratégias para o desenvolvimento artístico-cultural da cidade de Touros.

### **Arte: o que pode ser?**

Atualmente, podemos dizer que um dos poucos consensos que existe no mundo artístico é o de que o conceito de arte é amplo, flexível e móvel. Esse entendimento deriva, em grande medida, da variedade cultural das sociedades que fazem ou praticam arte. Contudo, trouxe alguns conceitos disponíveis na literatura para que possamos refinar e sistematizar nossas reflexões.

De acordo com a Doutora em Filosofia Débora Ferreira, podemos separar o conceito de arte em duas categorias, a arte em sentido estrito e a arte em sentido amplo. Nas palavras da própria autora, ela nos ensina o que se segue:

Em suma, há ao menos dois conceitos básicos significados pela palavra arte na linguagem comum, bem como na linguagem filosófica: arte em sentido restrito, como obra de arte, como aquilo que está no museu, no teatro, nas galerias ou em qualquer contexto teórico, histórico e institucional legitimador; e arte em sentido amplo, como experiência inovadora, criação, originalidade, de modo que qualquer setor das atividades humanas pode ter um núcleo reconhecido como artístico, desde que envolva um ato criativo potente, ou uma experiência estética, ou um germe crítico, ou a abertura de um novo modo de habitar o mundo – como se queria chamar (FERREIRA, 2014, p. 24).

Outro filósofo importantíssimo também nos presenteou com sua versão do que podia significar a arte. Antonio Gramsci (1977), filósofo italiano, pós-marxista, apresenta uma visão de arte baseada no princípio da historicidade do estético. Significa dizer que as obras de arte, para ele, além de possuir um valor estético, também possuem valor

histórico. Se por um lado possuem uma determinada linguagem ('forma' histórica), por outro lado indicam um modo específico de pensar ('conteúdo').

Gramsci (1977) entendia que ao fazer algum tipo de arte, seja compor uma música, pintar um quadro, ou mesmo recitar um poema, estaríamos diante de uma linguagem que também é histórica, e, ainda, o artista insere na sua interpretação seu modo de pensar, característico de cada indivíduo e sociedade. Em suma, teríamos os conceitos de forma e conteúdo gramsciniano.

Em suas palavras, a arte não pode deixar de ser afetada pelo fato de estar "ligada a uma determinada cultura ou civilização" (GRAMSCI, 1977). Ainda para Gramsci (1977), analisar o conteúdo de uma obra de arte deve coincidir com "a investigação sobre qual seja a massa de sentimentos, de qual seja a atitude diante da vida que circula na própria obra de arte". Outrossim, pode-se observar que é essencial para o conteúdo de uma obra de arte a atitude do artista e de uma geração em face desse ambiente. Para o ilustre filósofo italiano, "somente a atitude é que determina o mundo cultural de uma geração e de uma época e, portanto, seu estilo". Em suma, "o homem inteiro é modificado na medida em que são modificados seus sentimentos, suas concepções e as relações das quais o homem é a expressão necessária" (LIGUORI; VOZA, 2017).

### **O que é cultura?**

Similarmente ao conceito de arte, diversos pesquisadores e estudiosos tentaram definir o conceito de cultura ao longo dos últimos séculos. Nos dias de hoje, a palavra cultura pode ser compreendida e assimilada de diversas formas, como que uma luz que reflete num prisma, cada fecho de luz pode representar uma definição diferente de cultura. A cultura depende do lugar, de quem define, de quem a faz, enfim, tem-se um conceito indefinido e variável. Contudo, para nossos propósitos neste trabalho, utilizaremos alguns conceitos disponíveis na literatura sobre o termo "cultura".

A pesquisadora Daniele Canedo nos apresenta uma separação do conceito de cultura em três modalidades. De acordo com ela, tal fato justifica-se "diante da multiplicidade de interpretações e usos do termo cultura" (CANEDO, 2009). Portanto, a autora em tela adotou "três concepções fundamentais de entendimento da cultura, como: 1) modos de vida que caracterizam uma coletividade; 2) obras e práticas da arte, da atividade intelectual e do entretenimento; e 3) fator de desenvolvimento humano" (CANEDO, 2009).

O primeiro conceito diz respeito a um “sistema de signos e significados criados pelos grupos sociais”. Neste caso, “valoriza-se o patrimônio cultural imaterial - os modos de fazer, a tradição oral, a organização social de cada comunidade, os costumes, as crenças e as manifestações da cultura popular que remontam ao mito formador de cada grupo”. Em suma, como exemplo, podemos citar a tradicional festa do padroeiro da cidade de Touros, o Senhor Bom Jesus dos Navegantes (CANEDO, 2009).

Em seguida, o segundo tipo de cultura, segundo a ótica da referida autora, possui uma concepção carregada de “uma visão mais restrita da cultura, referindo-se às obras e práticas da arte, da atividade intelectual e do entretenimento, vistas sobretudo como atividade econômica. Esta dimensão não se dá no plano da vida cotidiana do indivíduo, mas sim em âmbito especializado, no circuito organizado”. Aqui, podemos destacar como exemplo os nossos diversos seresteiros e grupos musicais espalhados pelos distritos e pela sede do município tourense (CANEDO, 2009).

Concluindo suas definições para o conceito de cultura, Daniele Canedo nos informa que o terceiro tipo está ligado ao processo de desenvolvimento social e cultural. Dessa forma, ela defende que “a produção, distribuição e consumo de bens e serviços que conformam o sistema de produção cultural se tornou estratégica para o desenvolvimento das nações, na medida em que estas atividades movimentam uma cadeia produtiva em expansão, contribuindo para a geração de emprego e renda”. Por último, em suas palavras, “a terceira concepção da cultura ressalta o papel que ela pode assumir como um fator de desenvolvimento social” e ainda ressalta que “as atividades culturais são realizadas com intuítos socioeducativos diversos”, constituindo-se “como ferramenta do sistema educacional a fim de incitar o interesse dos alunos; no auxílio ao enfrentamento de problemas sociais, como os altos índices de violência, a depredação urbana, etc.” (CANEDO, 2009).

O conceito de cultura para Gramsci não é apenas um tema demasiadamente complexo, possuidor de diversas ramificações, inúmeras variações e particularidades, mas também se caracteriza como sendo um conceito extremamente móvel, irrequieto e inquietante. Poderíamos até supor que a definição de cultura, para esse autor, seria não ter definição. Contudo, verificamos que para este autor, em primeiro lugar, cultura significa “expressão da sociedade”, podendo ser definida “como um mundo, uma esfera, um campo, uma estrutura de atividade realizada por camadas intelectuais, vale dizer por aquela “massa social que exerce funções organizativas” – para além do campo da cultura – também na produção e no campo político-administrativo”.

Para o filósofo italiano, a questão organizativa é central, seja porque é a luz desta que Gramsci distingue a função dos intelectuais de outras funções sociais ou profissionais, seja porque a Gramsci interessa a cultura como expressão prática, ou seja, estruturada e articulada, em suma, organizada ou organizadora da sociedade (LIGUORI; VOZA, 2017).

### **Touros: um porto artístico e cultural**

Em sua recente e importantíssima dissertação de mestrado sobre a região que hoje entendemos como Mato Grande, o historiador potiguar Pedro Pinheiro analisou minuciosamente a cartografia colonial brasileira, dando foco na região do litoral norte do Rio Grande do Norte. Dentre tantos benefícios trazidos com esse estudo científico, podemos destacar a importância da citação do Porto do Touro, em diversos registros cartográficos. O referido autor ainda nos mostra a evolução e mudança que os termos foram adquirindo para se referir àquele porto (ARAÚJO JÚNIOR, 2019).

Podemos chegar à algumas conclusões a respeito desse estudo, a saber: 1) a comprovação da existência de um porto marítimo na atual praia de Touros; 2) a presença e importância do “tourinho” para os habitantes daquele pedaço de chão, sejam eles indígenas ou europeus, fato este comprovado devido a constante representação cartográfica desse rochedo de pedra; 3) a consolidação da antiga povoação portuária do litoral norte do estado ainda no período colonial; e 4) entendendo o porto como principal porta de entrada das navegações de outrora para esta região, tendo em vista que o principal meio de transporte era a navegação, podemos imaginar a confluência de diversas culturas, povos e raças em um só lugar.

Diante disso, podemos imaginar a variedade artística e cultural que a antiga povoação do Porto dos Touros recebeu e desenvolveu ao longo dos últimos séculos. Sabe-se que infelizmente importantes obras de arte se perderam ou foram destruídas pela ação do tempo ou mesmo do homem. Como exemplo, quais são os registros que temos de nosso casario do século XIX? E as tradições, manifestações, mitos e lendas que foram esquecidas devido a falta de manutenção no imaginário local? Esses e outros exemplos de arte e cultura lamentavelmente não podemos “resgatar”. No entanto, muitas expressões e obras artísticas foram preservadas e continuam bem presentes e disponíveis para qualquer um de nós, tourenses ou não, turistas ou nativos.

Iniciamos nossos exemplos com a bicentenária Igreja Matriz (atualmente chama-se Santuário), construída em fins do século XVIII, possuindo mais de 200 (duzentos) anos desde

sua inauguração. A antiga capela dedicada ao padroeiro local pode ser considerada uma obra de arte em sentido restrito.

**Figura 1** – Santuário do Senhor Bom Jesus dos Navegantes, a antiga capela foi concluída em 1800.



**Fonte:** <https://arquiocesedenatal.org.br/local/parouquia-do-bom-jesus-dos-navegantes>.

A religiosidade no município se faz presente em nossos dias de forma intensa. A religião com maior número de adeptos é a católica, possuindo mais da metade dos habitantes da cidade. A Igreja Católica atuou e desempenhou papel importante ao longo da história da cidade, constituindo-se como instrumento necessário para a busca pela independência e autonomia política local e regional. Como consequência desse verdadeiro poder influenciador sobre seus fiéis, ainda temos um grande exemplo cultural herdado do catolicismo em nossas terras, a maior manifestação religiosa da região do Mato Grande e uma das mais expressivas do Rio Grande do Norte: a procissão do Bom Jesus dos Navegantes. A referida manifestação religiosa caracteriza-se como exemplo de patrimônio cultural imaterial, classificando-se no conceito de cultura do tipo 1, conforme discutido anteriormente.

**Figura 2** – A tradicional procissão do Senhor Bom Jesus dos Navegantes.



**Fonte:**

<https://www.blogdedaltroemerenciano.com.br/2016/01/governador-participa-da-procissao-da-festa-do-bom-jesus-dos-navegantes-em-touros/>.

**Figura 3** – Pescadores tourenses puxando rede, uma prática comum na cidade litorânea.



**Fonte:**

<https://www.tripadvisor.com.br/LocationPhotos-g2348682->.

**Figura 4** – Banda de Música Tabelaio Júlio Maria, tendo à frente o maestro José Júnior Bezerra.



**Fonte:**

[http://tourosrnpraiaquerida.blogspot.com/2013/09/a-procissao-do-bom-jesus-dos-navegantes\\_23.html](http://tourosrnpraiaquerida.blogspot.com/2013/09/a-procissao-do-bom-jesus-dos-navegantes_23.html).

Falar sobre uma cidade que foi desenvolvida às margens do oceano atlântico certamente também é necessário destacar a influência da pesca na vida de seus moradores de outrora e do presente. A pesca foi por muito tempo a maior fonte de renda dos tourenses. Com suas histórias, lutas, dificuldades, alegrias, conquistas e fracassos, a pesca também pode ser considerada como uma forma de cultura (tipo 1).

Como terceiro tipo de cultura, podemos destacar em Touros a Banda de Música Tabelaio Júlio Maria, uma espécie de projeto social na qual crianças e jovens aprendem de forma gratuita a arte musical. Além de profissionalizante, o projeto funciona como um instrumento socializador e educacional para seus integrantes.

O ilustre e saudoso repentista tourense Severino Ferreira é um grande exemplo de artista local por proporcionar o entendimento tanto do conceito de arte em sentido restrito quanto pela caracterização de sua atuação artística no conceito de cultura do tipo 2. Os conceitos de arte e cultura estavam presentes nas obras e na atuação de Severino Ferreira.

**Figura 5** – Repentista tourense Severino Ferreira empunhando sua viola.

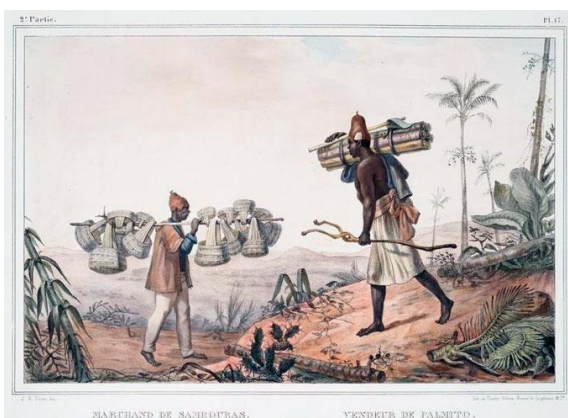


**Fonte:**

<http://cordelnoscoais.blogspot.com/2014/04/severino-ferreira-repentista-potiguar.html>.

Ainda outro exemplo de obra de arte em sentido restrito, podemos citar as embarcações como barcos e jangadas, os inesquecíveis labirintos, ou até mesmo os samburás. Além de serem classificados como obras de artes, esses objetos/produtos representam também a concepção de cultura do tipo 2, pois o processo de produção dos mesmos é visto sobretudo como atividade econômica.

**Figura 6** – Vendedor de samburá. Autoria do pintor alemão Johann Moritz Rugendas.



**Fonte:** Debret (1835).

Diante dos exemplos apresentados neste tópico foi possível verificar a aplicação dos conceitos de arte e cultura, compreendendo a necessidade dos seus diversos significados. Reforçamos a ideia de que os exemplos não se limitam aos que foram demonstrados neste breve trabalho, muito pelo contrário, temos ciência da grandeza territorial, artística e cultural tourense, sabemos que nenhum trabalho poderá jamais abarcar todos os tipos de culturas e artes existentes ou que venham a existir neste torrão. Cada geração produz sua arte e desenvolve sua cultura do seu jeito, atendendo seus desejos e necessidades, ainda que habitantes de um mesmo espaço geográfico.

Ficamos a nos perguntar: quantas pessoas, famílias, crianças, jovens ou idosos passaram por Touros via seu Porto marítimo? Quantas poesias e canções foram feitas em homenagem à esta cidade? Quantas estórias se perderam em nosso mar? Quantos produtos foram importados e exportados por meio de nosso Porto? Quantas lembranças, sonhos e desejos foram cultivados neste pedaço de terra chamado outrora de Porto dos Touros? Essas perguntas têm o intuito de convidar o leitor para a reflexão, pois entendemos que nossa cidade foi e é um polo econômico, artístico e cultural do passado e também do presente.

## Considerações finais

Índios, europeus e escravos africanos, cada um à sua maneira e medida deram sua contribuição durante o processo de civilização e povoamento do espaço que viria a se chamar de Touros. O cenário artístico e cultural recente de nossa cidade é crítico, principalmente pela ausência, ineficiência - ou mesmo desconhecimento por parte dos integrantes - do Poder Público municipal no que concerne à valorização da cultura e arte tourense. A parcela do orçamento público destinada ao setor cultural no município é pífia e irrisória se considerarmos as últimas duas décadas. Temos a impressão de que necessitamos de quase tudo, carecemos de atividades básicas para o desenvolvimento do setor artístico-cultural local.

Atribuo a responsabilidade ao Poder Público municipal pois além de ser um dever constitucional e legal, compreendo a deficiência de nossa “elite” econômica regional em acreditar que o fomento nesta área específica trará desenvolvimento social, cultural e também econômico. Afinal, qual a origem de nossos empresários? Ou mesmo de nossos políticos? Acredito muito em um ditado popular que diz: “nós só podemos dar aquilo que temos”. Sendo assim, fica difícil acreditar que pessoas desprovidas de qualquer senso crítico na área reconheçam e valorizem o setor artístico e cultural local.

Portanto, pegando emprestado os dizeres de Gramsci, enquanto intelectuais desse pedaço de chão, devemos exercer o papel - por meio da cultura - de estruturantes e estruturadores de nossa sociedade. Entendendo a cultura como um campo social que possibilita atingir funções organizativas e também organizadoras, faz-se necessário o desenvolvimento de ações que visem a preencher lacunas e cada vez mais auxiliar o Poder Público naquilo em que os seus integrantes sentem dificuldade, a saber: a importância do fomento e desenvolvimento artístico e cultural.

Precisamos superar a ideia de arte pela arte, a busca pelo belo, pelo perfeito. Os artistas também são humanos e mantenedores de famílias que precisam de recursos financeiros para sobreviver ou mesmo para que possam continuar atuando em sua arte. Quantos artistas tiveram que abandonar seu ofício pelo simples fato de que “isso não dá dinheiro” - diziam alguns colegas meus. Por isso, reitero minha crítica à essa visão romântica da arte pela arte. Os conceitos trazidos sobre as palavras arte e cultura demonstraram a complexidade que cada um adquire. A partir do momento em que cada um de nós compreendermos e internalizarmos o nosso papel na sociedade tourense - enquanto intelectuais -, certamente atingiremos os detentores do Poder Público municipal, bem como a classe econômica

mais abastada de nossa cidade. No entanto, esse atingimento não pode ser feito com palavras da boca pra fora, informalmente, por meio da simples crítica, pelo contrário, devemos atingi-los por meio da atitude, da ação e da prática.

Em suma, creio no desenvolvimento artístico e cultural local por meio de atitudes como esta, pela ação de nossa briosa instituição – Academia Tourense de Ciências, Cultura e Política. Costumo dizer que estamos fazendo História, com “H” maiúsculo. Filhos da terra, nativos ou não, unindo seus conhecimentos técnicos e científicos em busca de realizar sonhos que tenham em comum o desenvolvimento de nosso povo, de nossa sociedade, de nossa Touros. Precisamos deixar de ser parte integrante da infraestrutura e passar a ocupar o nosso lugar de destaque na superestrutura em termos Marxistas. Apesar das divergências, Karl Marx nos ensinou em seu materialismo histórico a respeito das lutas de classes, ou algum de nós acreditamos que não existe divisão de classes sociais em nossos dias? Segundo Marx, convém ainda lembrar que “são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação” (MARX, 1993).

## Referências

ARAÚJO JÚNIOR, Pedro Pinheiro de. **"Não é terra de préstimo e nunca foi povoada"**: a territorialização dos sertões do Cabo de São Roque. 2019. 184 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

BRAGANÇA JÚNIOR, Álvaro Alfredo. A morfologia sufixal indígena na formação de topônimos do estado do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Linguística e Filologia Romântica) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

BODART, Cristiano das Neves. Infraestrutura e superestrutura em Marx. **Blog Café com Sociologia.com**, 25 out. 2016. Disponível em: <https://cafecomsociologia.com/infraestrutura-e-superestrutura-em-marx/>. Acesso em: 8 marc. 2021.

CANEDO, Daniele. “Cultura é o quê?": reflexões sobre o conceito de cultura e a atuação dos poderes públicos. *In*: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 5., 2009, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2009.

DEBRET, Jean Baptiste. **Marchand de sambouras**; vendeur de palmito. [Gravura 1835].

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (org.). Dicionário Gramsciano: 1926-1937. São Paulo: Boitempo, 2017.

FERREIRA, Débora Pazetto. Investigações acerca do conceito de arte. 2014. 318 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del Carcere**. Turim: Einaudi, 1977.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

PATRIOTA, Nilson. **Touros: uma cidade do Brasil**. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 2000.

SILVA, J. Q.; MELO, P. A. G. Um estudo onomástico: o léxico toponímico indígena municipal alagoano. *In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA*, 18., 2014, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Universidade Estácio de Sá, Campus Nova América, 2014.



### 3 MICROEMPREENDEDOR TOURENSE: UM PASSO A PASSO PARA SER SEU PRÓPRIO PATRÃO

Brenna Thuanne Vieira de Assis Tenório

Bacharela em Administração (UFSJ)

E-mail: [brennathuanne.tenorio@gmail.com](mailto:brennathuanne.tenorio@gmail.com)

## Introdução

O cenário pandêmico mundial realçou a realidade do desemprego já existente. Em vista disso - e para manutenção do lar - muitos investiram no empreendedorismo individual. O ato de empreender existe há séculos tanto em situações de estado de necessidade, quanto por oportunidades ou habilidades disponíveis.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2019, cerca de 24 milhões de brasileiros eram trabalhadores autônomos, outras pesquisas também apontam que em 2020 ultrapassou-se a marca de mais de 10 milhões microempreendedores individuais, abreviados como MEI. A escassez de empregos formalizados e a autonomia de ser um empreendedor são alguns dos motivos que levaram mais de 10 milhões de brasileiros a abrir o seu próprio negócio.

O recorte espacial a ser relatado neste estudo é o município de Touros, localizado na região do mato grande, no litoral norte do estado do Rio Grande do Norte, com uma população de aproximadamente 33.503 habitantes.

Diante desse cenário, objetiva-se com este estudo discorrer sobre o que é um microempreendedor, quem pode ser, como se tornar um e, por fim, relatar a respeito do cenário econômico para os MEI's na cidade de Touros, RN.

### MEI: o que é e quem pode ser?

O termo microempreendedor individual surgiu com a Lei Complementar 128/2008, que considerou MEI o empresário individual optante pelo Simples Nacional, com receita bruta de até R\$ 36.000, regulamento previsto no artigo 966 do Código Civil.

O Governo Federal, em uma estratégia para tirar os autônomos da informalidade, criou e disponibilizou o Portal do Empreendedor, uma plataforma digital que buscava formalizar e dar apoio aos microempreendedores. Atualmente, esta plataforma foi anexada ao site do Governo Federal, contudo, ainda tem as mesmas ferramentas e conteúdo.

Ao analisarmos a legislação específica, observa-se a necessidade das seguintes características fundamentais para se tornar um MEI: receita anual de até R\$ 81.000, exercer uma das mais de 400 atividades elencadas na plataforma: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor/quero-ser-mei/atividades-permitidas>, não ser administrador, titular ou sócio de outra empresa, e optar por ter apenas um empregado registrado. Além dessas características, é importante ressaltar que não é necessário

um estabelecimento para desenvolver as atividades, o endereço cadastrado pode ser o da própria residência.



A abertura de um negócio pode ocorrer em diversas situações, principalmente para os autônomos, todavia, para que a empresa cresça e seja lucrativa é necessário planejamento, organização, controle e direção. Por isso, o espírito empreendedor, como dispõe Chiavenato (2012), necessita de três características: a autoconfiança, a disposição para assumir risco e a necessidade de realização.

Um dos objetivos primordiais de um novo empreendedor é a vantagem competitiva que é fruto de um empreendimento que trouxe para o mercado um produto ou serviço com um diferencial, seja ele de qualidade ou novidade.

Quando se deseja vender algo o primeiro passo é pensar o que irá ofertar, ou seja, o produto ou serviço que será prestado. E como já foi dito isso pode acontecer por uma oportunidade de negócio, por necessidade ou competências para negociar. Em qualquer cidade é possível identificar muitas pessoas que vendem ou prestam serviços individualmente, como exemplo, o barbeiro do seu bairro. Como cliente e consumidor isso talvez não importe pra você, mas acredite, há muitos benefícios em formalizar-se como Microempreendedor individual.

Para se tornar MEI são necessários RG, CPF, Título de Eleitor ou Declaração de Imposto de Renda, endereço residencial e dados para contato, além dos dados do seu negócio, como tipo de atividade econômica realizada, forma de atuação e local onde o negócio é realizado. De posse dessas informações basta acessar o portal do Governo federal (<https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor/quero-ser-mei>) e seguir o passo a passo de formalização.

Uma das obrigações após a formalização é o pagamento mensal dos tributos de R\$ 52,25 (INSS), acrescido de R\$ 5,00 (para Prestadores de Serviço) ou R\$ 1,00 (para Comércio e Indústria) por meio do DAS (carnê), que deve ser pago até o dia 20 (vinte) de cada mês para garantir os benefícios dispostos no próximo tópico.

## Benefícios de ser um MEI

Além de sair da informalidade, o título de MEI é importante e acarreta algumas vantagens como a possibilidade de participar de licitações e licitar com o poder público, a garantia de um CNPJ e alvará de funcionamento sem custos e sem burocracias, a possibilidade de emissão de notas fiscais, a oportunidade de acesso e apoio técnico do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), a redução e fixação de tributos como ISS ou ICMS e o INSS, a facilidade em relação a crédito e serviços bancários, por fim os direitos a benefícios previdenciários como auxílio maternidade, aposentadoria por idade e invalidez, auxílio doença e pensão por morte.

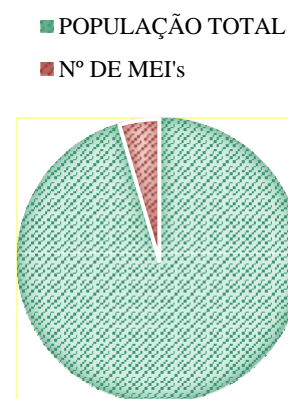
## Mercado de atuação em Touros/RN

O município de Touros/RN, emancipado em 27 de março de 1835 é estruturado e dividido em 27 distritos. A economia local tem como base a agricultura e pesca, todavia, o setor terciário também é importante com vendas de produtos e serviços.

Como hipótese desta pesquisa, convém destacar que se levarmos em consideração a população total do Brasil e o número de cadastros de Microempreendedores tem-se um percentual aproximado de 4,76%, corroborando com isso, se considerarmos o número de habitantes de Touros/RN teríamos, por aproximação, o equivalente a 1.600 MEI's no município, como demonstrado no Gráfico 1, esse número é uma hipótese criada pela própria autora com base no número

nacional de Microempreendedores.

**Gráfico 1** – Estimativa de MEI's seguindo a média nacional para o Município de Touros/RN.



Observando o cotidiano dos municípios, é possível identificar as atividades autônomas que podem ser formalizadas como MEI, por exemplo, as manicures que atendem em domicílio, os doces produzidos em casa, as costureiras, os barbeiros, os pedreiros, os açougueiros, os cabeleireiros, os peixeiros, os artesãos, as revendedoras de produtos e tantas outras atividades recorrentes no dia a dia.

## Considerações finais

A fim de concluirmos, apesar do panorama de benefícios apresentados é necessário muito mais que a formalização para que um negócio cresça e seja lucrativo. O planejamento é o segredo de empreendedores de sucesso, Edson Roberto Macohon diz que as organizações com seus objetivos traçados devem visualizar o destino e avaliar as rotas alternativas disponíveis. Com planejamento as tomadas de decisões são mais rápidas e efetivas, visto que há programação tanto para situações positivas como negativas.

Outra questão importante é sobre crescimento. Como alcançar novos clientes? Pois, para a maioria dos MEI's, o início de tudo é vendendo para seu ciclo

vizinho - amigos, parentes, colegas de trabalho –. Uma ferramenta poderosa para aumentar as vendas é o marketing, a divulgação do produto/serviço, a marca e o próprio nome do negócio.

As técnicas de gestão são responsáveis por negócios Micro que se tornaram Macro, a elaboração de projetos, o referencial de qualidade e a eficácia das vendas evidenciam uma estratégia de negócio lucrativa e de crescimento. Por este motivo a relevância de buscar qualificar os MEI's para que desenvolvam os seus Micro negócios e tenham a oportunidade de crescer e alavancar a economia local.

Por fim, sair da informalidade e abrir o seu negócio são os primeiros passos para se tornar seu próprio patrão, contudo, o crescimento e o desenvolvimento desse negócio estão intimamente

relacionados ao conhecimento sobre administração, que pode ser adquirido individualmente ou por intermédio de incentivos do poder público ou privado. Um exemplo disso é o SEBRAE que disponibiliza alguns cursos gratuitos de economia financeira, administração de negócios, empreendedorismo de sucesso e entre outros assuntos que estão disponíveis para enriquecimento de conhecimento sobre negócios.

## Referências

- CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor**. 4. ed. São Paulo: Manole, 2012.
- MACOHON, Edson Roberto. **A relevância do planejamento empresarial no sucesso dos negócios**. 2006. 87 f. Especialização (Controladoria) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

# ANÁLISE DO PIB NOMINAL E PIB PER CAPITA DA REGIÃO DO MATO GRANDE, COM FOCO NO MUNICÍPIO DE TOUROS/RN.

Flávio Patrício França da Silva  
pós-Graduado em Auditoria e Perícia Contábil (UFRN)  
E-mail: [flaviotouros@hotmail.com](mailto:flaviotouros@hotmail.com)

## INTRODUÇÃO

Há tempos ouvimos falar sobre PIB, PIB per capita, superavit, crescimento econômico, produção agropecuária, consumo das famílias entre outros assuntos relacionados a área da economia. A economia como ciência social, nos oferece informações que possibilita a análise do cenário econômico do país, estado, cidade ou região. Diante destas possibilidades, nos debruçamos nos dados e informações de nossa economia em níveis municipal, regional e estadual para tentarmos entender, ou até mesmo, compreendermos o Produto Interno Bruto (PIB) e o Produto Interno Bruto per capita dos municípios da região do Mato Grande, tendo como parâmetros os dados dos aglomerados econômicos, de forma setorial, dos quinze municípios, quais sejam: Bento Fernandes, Caiçara do Norte, Ceará Mirim, Jandaíra, João Câmara, Maxaranguape, Parazinho, Pedra Grande, Poço Branco, Pureza, Rio do Fogo, São Bento do Norte, São Miguel do Gostoso, Taipu e Touros.

O PIB é o principal indicador macroeconômico e corresponde a toda riqueza que uma região ou país produz em um determinado tempo, independente da nacionalidade das unidades produtoras. Segundo Feijó (2001, p.14) PIB é “a medida de um país ou região representando a produção de todas as unidades produtoras da economia (empresas públicas e privadas produtoras de bens e prestadoras de serviços, trabalhadores autônomos, governo), num dado período, avaliadas a preço de mercado.”

Completa Rossetti (1992, p.171) que “o agregado de mais alto valor absoluto. Ele corresponde ao valor, a preços de mercado, de todos os bens e serviços finais internamente

produzidos; decorre, assim, do valor bruto da produção da economia, deduzido do valor das transações intermediárias e dos subsídios.”

Pontando, para se conhecer a riqueza de um país, estado, região ou cidade, o cálculo desse importante indicador é realizado, levando-se em conta a medição dos seguintes fatores econômicos: O consumo, os investimentos, os gastos e a balança comercial. **O consumo** corresponde aos bens e serviços acabados e consumidos pelas famílias; **Os investimentos** referem-se aos aportes financeiros realizados pelos agentes econômicos, que resultem no aumento da capacidade produtiva; **Os gastos** dizem respeito a todas as despesas, custos, investimentos realizados pelos governos, com recursos públicos; **A balança comercial** corresponde a relação entre as exportações menos as importações. Se as exportações forem maiores do que as importações, obtém-se um resultado positivo (superávit), porém, se as importações forem maiores do que as exportações, o resultado é negativo (déficit).

Antes de adentrarmos mais profundamente no tema, faz-se necessário, a distinção do que é PIB real e PIB nominal. O real, é calculado levando-se em consideração os valores constantes dos bens e serviços de um ano base (geralmente o ano anterior). Já o nominal, é mensurado a preço de mercado, preço corrente. Portanto, o PIB real, como o próprio nome diz, tem o propósito de calcular o crescimento real de uma economia, desconsiderando os fatores econômicos que desvalorizam a moeda, não levando em conta o que conhecemos pelo termo *inflação*. Contudo, no PIB nominal, como o cálculo é realizado a preço corrente, não leva em consideração uma possível diminuição do poder de compra da moeda corrente, ou seja, a inflação. Sendo assim, é possível que o PIB nominal aumente de um período para outro, mas na realidade não houve um crescimento e sim uma retração.

Para complementar nossa verificação, outro indicador macroeconômico, porém, não menos importante, é VAB – Valor Adicionado Bruto a preço corrente, pois, possibilita fracionar o PIB de forma setorial, com a capacidade objetiva de calcular a riqueza produzida por cada área econômica e quanto cada uma contribui para a formação do PIB nominal.

Seguindo esta linha de pensamento, Vasconcellos e Garcia (2008, p. 128) descrevem o “Valor Adicionado” (ou valor agregado) como o valor que se adiciona ao produto em cada estágio de produção, ou seja, é a renda adicionada por cada setor produtivo. Somando o valor adicionado em cada estágio de produção, chegaremos ao produto final da economia”. Produto, ou valor adicionado, é o que a empresa agrega aos bens e serviços que ela compra para produzir um bem. Esses bens e serviços denominam-se insumos ou consumo intermediário e

correspondem aos gastos efetuados pela empresa para gerar o seu produto (SOUZA, 2007, p. 116). Partindo desses conceitos de valor adicionado bruto, é necessário alertar que na Contabilidade Social não há duplicidade contagem, ou seja, os bens e serviços que são eliminados durante a produção do bem final, são segregados da apuração. Para Paulani e Braga (2007, p. 11) “Para se chegar ao valor do produto da economia, ou produto agregado, é preciso deduzir do valor bruto da produção o valor do consumo intermediário”. Desta forma o VAB (Valor Adicionado Bruto) de um produtor corresponde ao montante de suas vendas, desconsiderando os valores dos produtos e serviços consumidos na produção, aos quais chamamos de consumo intermediário. O PIB é, portanto, o total dos VAB de todas as unidades de produção que tem domicílio na região analisada, acrescido dos impostos embutidos nos preços.

Sendo assim, com estas importantes informações setoriais, este indicador foi utilizado nesta análise, em virtude de suas particularidades, porque permite a dissecação, por área econômica, entre os aglomerados econômicos que constituem o PIB nominal.

A finalidade da análise do tema, tem grande relevância, pois, se propões a investigar e expor informações específicas dos municípios que compõem a região, de forma mais aprofundada, mediante a coleta de números, dados e elementos com propósito de gerar informações, conhecimentos, um diagnóstico acerca da matéria, haja vista, a escassez de estudos voltados para este assunto na área geográfica delimitada para análise. Logo, fica clara a importância da produção desse tipo de conhecimento, para o município de Touros e toda a região do Mato Grande, de modo a proporcionar uma visão mais abrangente, sobre nossa situação econômica em níveis municipal, regional e estadual.

O PIB per capita, ou renda por pessoa, é calculado pelo valor do PIB nominal dividido pelo número de habitantes de determinada região ou país, resultando no valor equitativo que caberia a cada indivíduo. PIB per capita é relação entre o crescimento do PIB e o da população do país, com o objetivo de avaliar se, em média, a população enriqueceu ou não. Diz-se em média, pois o indicador não tem como avaliar a distribuição do ganho ou perda entre a população, que, geralmente, se dá de forma bastante desigual. (FEIJÓ, 2001, p.16).

Nesse sentido, esse indicador resulta, portanto, de um desdobramento do PIB nominal. Sem negar sua importância, o PIB nominal, é um indicador síntese de uma economia, servindo para mensurar as atividades econômicas e o nível de riqueza de determinada região, em um determinado período e com base na sua produção, ajudando a compreendermos sua relevância, porém é primordial salientar que um país, estado ou região com um PIB nominal

elevado, não reflete, necessariamente, bons indicadores socioeconômicos, tais como: Coeficiente de Gini, IDH, mortalidade infantil, renda, emprego, qualidade de vida, educação e saúde. Em suma, o PIB reflete o crescimento econômico, contudo não garante o desenvolvimento econômico.

Desta maneira, realizar essa exploração com o propósito de colocar este tema em evidência, possibilita que a sociedade conheça, questione, debata, discuta sobre a importância de compreender a economia de sua cidade e sua região, de forma mais clara e profunda, pois, acreditamos que das reflexões que surgem do processo dialético, têm o potencial de ampliar nosso horizonte do saber.

### **FONTE DE DADOS**

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é um órgão governamental, vinculado ao Ministério do Planejamento e Desenvolvimento, que tem como função obter e disponibilizar informações à sociedade, referentes a dados populacionais, econômicos, ambientais, geográficos, dentre outras. Os números, dados e informações foram colhidos através do endereço eletrônico [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br), onde é possível o acesso livre e irrestrito sobre o tema, possibilitando, inclusive, pesquisas com filtros para avaliação em vários períodos, por áreas regionais e setores econômicos.

Além da fonte acima citada, fez-se necessário coletar informações teóricas necessárias para este assunto, recorreremos a livros, tais como SOUZA (2007), FEIJÓ (2001), ROSSETTI (1992) e outros.

### **ANÁLISE**

A região do Mato Grande, é formada pelos municípios de Bento Fernandes, Caiçara do Norte, Ceará Mirim, Jandaíra, João Câmara, Maxaranguape, Parazinho, Pedra Grande, Poço Branco, Pureza, Rio do Fogo, São Bento do Norte, São Miguel do Gostoso, Taipu e Touros, com uma área territorial de 5.702.25 k<sup>2</sup>

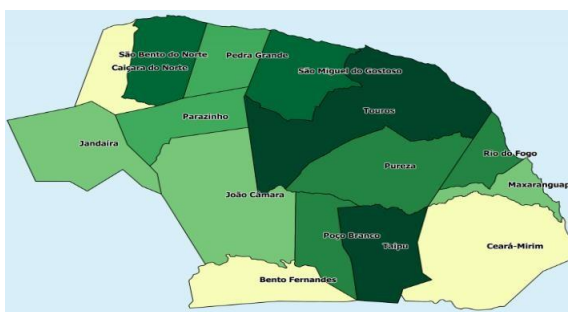


Imagem 1: <http://sit.mda.gov.br/>

## PIB NOMINAL DO REGIÃO DO MATO GRANDE

Durante o estudo, foi verificado que houve um aumento no PIB nominal da região, do ano de 2010 para o ano de 2018, do valor de R\$ 1.370.270.000,00 para R\$ 4.629.838.840,00 respectivamente, que corresponde a um acréscimo de 238%, e sua participação no PIB nominal do estado do Rio Grande do Norte, passou de 3,79% em 2010 para 6,91% em 2018. Como paralelo, o estado do Rio Grande do Norte, no mesmo período, cresceu 85% e o Brasil 91%. Por conseguinte, a região do Mato Grande, apresentou um crescimento muito acima do percentual obtido pelo estado e pelo país.

Vejamos o desempenho econômico sintético, de cada município, com seus respectivos valores, percentuais de aumento, suas posições nas classificações estadual e regional, conforme tabela 1 abaixo:

**Tabela 1 - PIB nominal dos municípios da região do Mato Grande - 2010 / 2018**

| MUNICÍPIO          | VALORES                 |                         | AUMENTO<br>% | RANKING<br>RN    |                  | RANKING<br>MG   |                 | PARTICIPAÇÃO<br>NO PIB DO RN |                |
|--------------------|-------------------------|-------------------------|--------------|------------------|------------------|-----------------|-----------------|------------------------------|----------------|
|                    | 2010                    | 2018                    |              | 2010             | 2018             | 2010            | 2018            | 2010                         | 2018           |
|                    | JOÃO CAMARA             | 208.545.000,00          |              | 1.026.019.170,00 | 392%             | 21 <sup>a</sup> | 9 <sup>a</sup>  | 2 <sup>a</sup>               | 1 <sup>a</sup> |
| CEARÁ MIRIM        | 473.140.000,00          | 849.204.800,00          | 79%          | 10 <sup>a</sup>  | 10 <sup>a</sup>  | 1 <sup>a</sup>  | 2 <sup>a</sup>  | 1,31%                        | 1,27%          |
| TOUROS             | 195.080.000,00          | 662.054.390,00          | 239%         | 25 <sup>a</sup>  | 15 <sup>a</sup>  | 3 <sup>a</sup>  | 3 <sup>a</sup>  | 0,54%                        | 0,99%          |
| PARAZINHO          | 20.800.000,00           | 443.110.010,00          | 2.030%       | 136 <sup>a</sup> | 25 <sup>a</sup>  | 15 <sup>a</sup> | 4 <sup>a</sup>  | 0,06%                        | 0,66%          |
| S. M. DO GOSTOSO   | 45.880.000,00           | 420.153.660,00          | 816%         | 72 <sup>a</sup>  | 26 <sup>a</sup>  | 8 <sup>a</sup>  | 5 <sup>a</sup>  | 0,13%                        | 0,63%          |
| PEDRA GRANDE       | 23.325.000,00           | 213.890.660,00          | 817%         | 124 <sup>a</sup> | 40 <sup>a</sup>  | 14 <sup>a</sup> | 6 <sup>a</sup>  | 0,06%                        | 0,32%          |
| SÃO BENTO DO NORTE | 24.756.000,00           | 199.777.090,00          | 707%         | 116 <sup>a</sup> | 42 <sup>a</sup>  | 13 <sup>a</sup> | 7 <sup>a</sup>  | 0,07%                        | 0,30%          |
| RIO DO FOGO        | 55.098.000,00           | 166.622.250,00          | 202%         | 61 <sup>a</sup>  | 45 <sup>a</sup>  | 7 <sup>a</sup>  | 8 <sup>a</sup>  | 0,15%                        | 0,25%          |
| MAXARANGUAPE       | 55.460.000,00           | 119.102.840,00          | 115%         | 60 <sup>a</sup>  | 64 <sup>a</sup>  | 6 <sup>a</sup>  | 9 <sup>a</sup>  | 0,15%                        | 0,18%          |
| PUREZA             | 43.459.000,00           | 119.027.060,00          | 174%         | 77 <sup>a</sup>  | 65 <sup>a</sup>  | 9 <sup>a</sup>  | 10 <sup>a</sup> | 0,12%                        | 0,18%          |
| TAIPU              | 80.556.000,00           | 112.216.880,00          | 39%          | 44 <sup>a</sup>  | 67 <sup>a</sup>  | 4 <sup>a</sup>  | 11 <sup>a</sup> | 0,22%                        | 0,17%          |
| POÇO BRANCO        | 57.422.000,00           | 108.446.330,00          | 89%          | 58 <sup>a</sup>  | 69 <sup>a</sup>  | 5 <sup>a</sup>  | 12 <sup>a</sup> | 0,16%                        | 0,16%          |
| CAIÇARA DO NORTE   | 31.304.000,00           | 73.589.050,00           | 135%         | 100 <sup>a</sup> | 94 <sup>a</sup>  | 10 <sup>a</sup> | 13 <sup>a</sup> | 0,09%                        | 0,11%          |
| JANDAIRA           | 29.394.000,00           | 69.207.070,00           | 135%         | 106 <sup>a</sup> | 98 <sup>a</sup>  | 11 <sup>a</sup> | 14 <sup>a</sup> | 0,08%                        | 0,10%          |
| BENTO FERNANDES    | 26.051.000,00           | 47.417.580,00           | 82%          | 112 <sup>a</sup> | 121 <sup>a</sup> | 12 <sup>a</sup> | 15 <sup>a</sup> | 0,07%                        | 0,07%          |
| <b>TOTAIS</b>      | <b>1.370.270.000,00</b> | <b>4.629.838.840,00</b> | <b>238%</b>  | -                | -                | -               | -               | <b>3,79%</b>                 | <b>6,91%</b>   |

Fonte: Elaboração própria, 2021, com dados do IBGE.

Os dados acima, captados junto ao IBGE, demonstram que o município de João Câmara, se apresentando como a maior potência econômica dentre todos os municípios da região, ultrapassando o município de Ceará Mirim, no ano de 2015 e desde então, vem aumentando a diferença, consolidando sua hegemonia no que se refere ao valor nominal do PIB dos municípios do Mato Grande. Com um incremento na ordem de 392%, passou do valor de R\$ 208.545.000,00 para 1.026.019.170,00 em 2018. No que se refere a participação no PIB nominal estadual, o município de João Câmara, aumentou de forma significativa sua

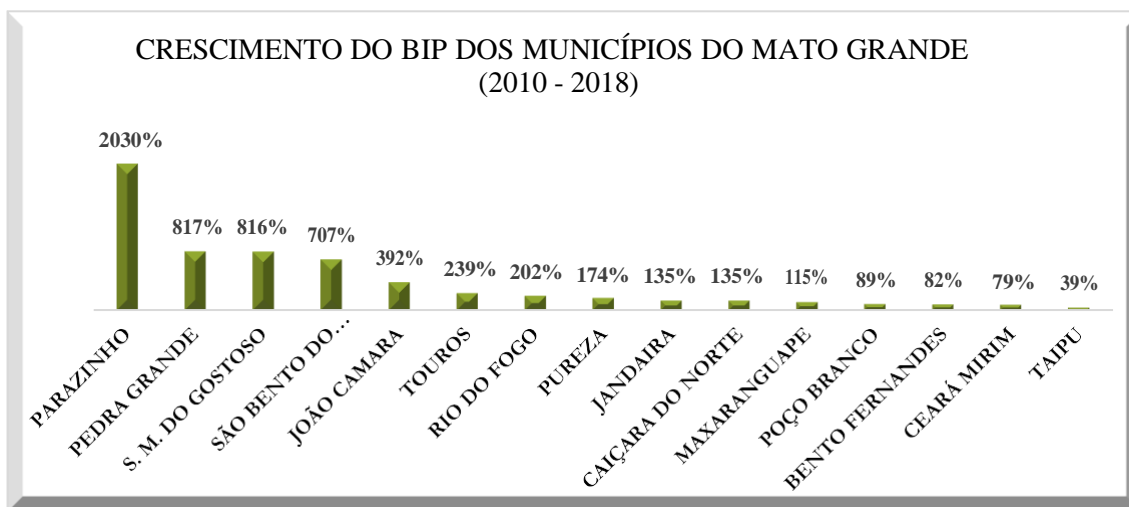
participação, passando de 0,58% em 2016 para 1,53% em 2018, correspondendo a uma adição de 166%. Em relação ao ranking regional, o município ocupava 2ª e passou a ocupar a 1ª colocação, na classificação do estado, subiu da 21ª para a 9ª colocação.

Quanto ao município de Touros, a evolução do PIB nominal, ocorreu dentro da média regional, com os valores nominais de R\$ 195.080.000,00 em 2010 e passou para R\$ 662.054.390,00 em 2018, correspondendo ao acréscimo de 239%, o suficiente para que o município mantivesse, dentro do período analisado, a 3ª colocação no ranking regional. Na classificação estadual, cresceu 10 posições, saindo da 25ª para a 15ª posição. A riqueza produzida pelo município de Touros, contribuiu para a formação do PIB nominal do estado, com 0,54% no ano de 2010 e em 2018 passou para 0,99%, ou seja, aumentou em 83% sua contribuição.

Não poderíamos deixar de destacar que, Parazinho foi o município que mais evoluiu no seu PIB nominal em termos percentuais, com acréscimo descomunal de 2.030%, elevando, assim, sua posição no ranking regional, saindo da última posição, para assumir a honrosa 4ª colocação em 2018. Já no ranking estadual, o crescimento se mostra mais expressivo ainda, subindo 111 posições na classificação, onde o município ocupava a 136ª e passou para a 25ª posição em 2018. Em virtude do aumento fenomenal do município, enfatizamos que no ranking Brasil, o município ascendeu 3.719 posições, saindo do posto 5.223 para o 1.504. Sendo assim, o município apresenta a melhor evolução dentre todos os municípios da região, durante o período observado.

Portanto, vamos apresentar de forma gráfica, o desempenho dos municípios do ano de 2010 para o ano de 2018. Vejamos em termos percentuais no gráfico 1, conforme abaixo:

Gráfico 1:



Fonte: Elaboração própria, 2021, com dados do IBGE

## PIB PER CAPITA DA REGIÃO DO MATO GRANDE

Seguindo o mesmo comportamento do PIB nominal, os dados do PIB per capita da região do Mato Grande, refletem trajetórias e desempenhos similares, uma vez que este indicador deriva do primeiro, ou seja, o PIB per capita é um subproduto do PIB nominal. A média da renda per capita da região, aumentou de R\$ 5.717,31 para R\$ 27.416,61 durante o período da análise, equivalente, em termos percentuais, a 380%.

Ao analisarmos o desempenho da renda por pessoa nos municípios da região do Mato Grande, percebemos disparidades colossais entre alguns municípios, onde um determinado município cresceu apenas 34%, e um outro aumentou em 1885%, durante o período do estudo. Vejamos os dados da tabela 2 a seguir:

**Tabela 2 – PIB per capita dos municípios da Região do Mato Grande - 2010 / 2018**

| MUNICÍPIO              | VALORES         |                  | AUMENTO<br>% | RANKIG MG       |                 | RANKING RN       |                  |
|------------------------|-----------------|------------------|--------------|-----------------|-----------------|------------------|------------------|
|                        | 2010            | 2018             |              | 2010            | 2018            | 2010             | 2018             |
| PARAZINHO              | 4.293,09        | 85.197,08        | 1.885%       | 14 <sup>a</sup> | 1 <sup>a</sup>  | 155 <sup>a</sup> | 3 <sup>a</sup>   |
| SÃO BENTO DO NORTE     | 8.324,00        | 71.914,00        | 764%         | 1 <sup>a</sup>  | 2 <sup>a</sup>  | 30 <sup>a</sup>  | 4 <sup>a</sup>   |
| PEDRA GRANDE           | 6.624,48        | 65.310,13        | 886%         | 4 <sup>a</sup>  | 3 <sup>a</sup>  | 46 <sup>a</sup>  | 5 <sup>a</sup>   |
| S. M. DO GOSTOSO       | 5.298,56        | 44.082,85        | 732%         | 9 <sup>a</sup>  | 4 <sup>a</sup>  | 77 <sup>a</sup>  | 6 <sup>a</sup>   |
| JOÃO CAMARA            | 6.475,95        | 29.528,28        | 356%         | 5 <sup>a</sup>  | 5 <sup>a</sup>  | 48 <sup>a</sup>  | 10 <sup>a</sup>  |
| TOUROS                 | 6.277,50        | 19.625,73        | 213%         | 6 <sup>a</sup>  | 6 <sup>a</sup>  | 53 <sup>a</sup>  | 25 <sup>a</sup>  |
| RIO DO FOGO            | 5.476,96        | 15.443,72        | 182%         | 7 <sup>a</sup>  | 7 <sup>a</sup>  | 67 <sup>a</sup>  | 38 <sup>a</sup>  |
| PUREZA                 | 5.154,01        | 12.508,10        | 143%         | 11 <sup>a</sup> | 8 <sup>a</sup>  | 84 <sup>a</sup>  | 58 <sup>a</sup>  |
| CEARÁ MIRIM            | 6.973,94        | 11.617,19        | 67%          | 2 <sup>a</sup>  | 9 <sup>a</sup>  | 39 <sup>a</sup>  | 69 <sup>a</sup>  |
| CAIÇARA DO NORTE       | 5.203,51        | 11.257,31        | 116%         | 10 <sup>a</sup> | 10 <sup>a</sup> | 81 <sup>a</sup>  | 73 <sup>a</sup>  |
| JANDAIRA               | 4.325,12        | 10.084,08        | 133%         | 13 <sup>a</sup> | 11 <sup>a</sup> | 152 <sup>a</sup> | 86 <sup>a</sup>  |
| MAXARANGUAPE           | 5.311,22        | 9.767,33         | 84%          | 8 <sup>a</sup>  | 12 <sup>a</sup> | 75 <sup>a</sup>  | 92 <sup>a</sup>  |
| TAIPU                  | 6.806,03        | 9.152,34         | 34%          | 3 <sup>a</sup>  | 13 <sup>a</sup> | 42 <sup>a</sup>  | 108 <sup>a</sup> |
| BENTO FERNANDES        | 5.098,11        | 8.670,25         | 70%          | 12 <sup>a</sup> | 14 <sup>a</sup> | 87 <sup>a</sup>  | 125 <sup>a</sup> |
| POÇO BRANCO            | 4.117,14        | 7.090,78         | 72%          | 15 <sup>a</sup> | 15 <sup>a</sup> | 161 <sup>a</sup> | 164 <sup>a</sup> |
| <b>MÉDIA DA REGIÃO</b> | <b>5.717,31</b> | <b>27.416,61</b> | <b>380%</b>  |                 |                 |                  |                  |

Fonte: Elaboração própria, 2021, com dados do IBGE

Tendo como referência os dados acima, percebemos de imediato, as diferenças abissais na evolução da renda por pessoa, uma amplitude gigantesca entre alguns municípios, uns com crescimentos pífios, outros dentro da média e outros com crescimentos extremamente expressivos.

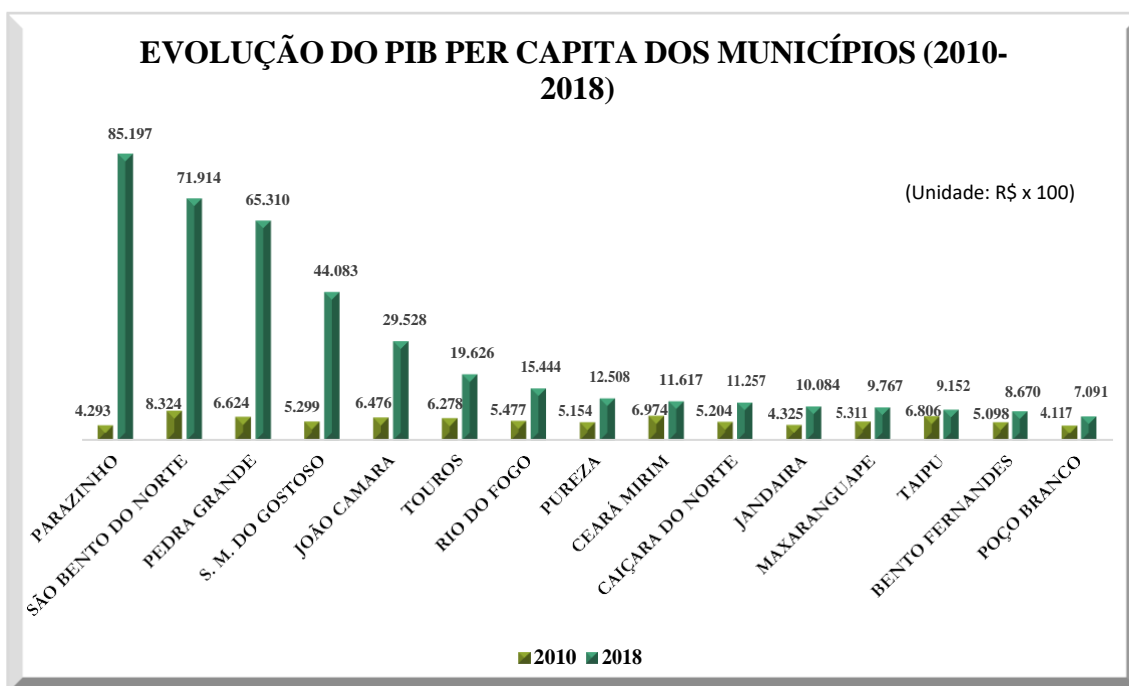
O município de Parazinho, assim como no crescimento do PIB nominal, o PIB per capita, apresenta comportamento similar, o que, dentro da normalidade, é perfeitamente compreensível, uma vez que, como já colocamos acima, o PIB per capita deriva do PIB nominal, aumentando o primeiro, o segundo aumenta naturalmente. Assim, após dissecarmos

os dados referentes ao município de Parazinho, ficou claro que houve um crescimento fora do comum, com o valor de R\$ 4.293,09 em 2010 passando para o valor de R\$ 85.197,08, o que fez elevar sua classificação no ranking regional, saindo da 14ª posição em 2010 para ocupar a 1ª em 2018, ganhando, portanto, 13 posições. Já sua classificação no ranking estadual, o crescimento foi mais expressivo, pois saiu da posição 155ª para a 3ª. Esse comportamento que foge do padrão da normalidade, representou um aumento, em termos percentuais, correspondente a 1885% durante o período observado.

O município de Touros, apresentou um desempenho abaixo da média da região nesse indicador, com um acréscimo de 213%, tendo os valores de R\$ 6.277,50 em 2010 e R\$ 19.625,73 em 2018, entretanto na classificação do ranking regional, Touros se manteve na 6ª colocação. No ranking estadual, mesmo com o crescimento relativamente discreto, melhorou sua classificação, subindo 28 posições, saindo da 53ª para a 25ª posição durante o período da análise.

O menor PIB por pessoa da região é o de Poço Branco, pois o município tinha o valor de 4.117,14 em 2010 e passou para R\$ 7.090,78 em 2018, com crescimento de 72% nesse indicador, resultando na manutenção da última posição no ranking regional e perdendo 3 posições na classificação estadual, caindo da 161ª para a 164ª posição durante o período verificado. Vejamos o gráfico 2:

Gráfico 2:



Fonte: Elaboração própria, 2021, com dados do IBGE

## VALOR ADICIONADO BRUTO DA REGIÃO DO MATO GRANDE

O VAB – valor adicionado bruto a preço corrente da região do Mato Grande, vem nos mostrar as especificidades do crescimento econômico, visto nos índices do PIB nominal e PIB per capita, ou seja, dentre o aglomerado econômico produtor da riqueza da região, quais as áreas que evoluíram e em que proporção, assim como, o que cada setor contribuiu para a formação do PIB nominal. Vejamos o desempenho de cada setor econômicos na tabela 3 abaixo:

**Tabela 3 – VAB da região do Mato Grande por setor econômico**

| SETOR ECONÔMICO                | VALORES DO VAB          |                         | AUMENTO     | PART PIB |      |
|--------------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------|----------|------|
|                                | 2010                    | 2018                    | %           | 2010     | 2018 |
| SETOR DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | 638.380.000,00          | 1.284.727.931,00        | 101%        | 47%      | 28%  |
| SETOR DA AGROPECUÁRIA          | 153.963.000,00          | 327.107.840,00          | 112%        | 11%      | 7%   |
| SETOR DE SERVIÇOS              | 374.249.000,00          | 1.008.059.450,00        | 169%        | 27%      | 22%  |
| SETOR DA INDÚSTRIA             | 84.802.000,00           | 1.675.610.110,00        | 1.876%      | 6%       | 36%  |
| IMPOSTOS LÍQUIDOS S/ PRODUTOS  | 118.876.000,00          | 334.333.509,00          | 181%        | 9%       | 7%   |
| <b>TOTAIS</b>                  | <b>1.370.270.000,00</b> | <b>4.629.838.840,00</b> | <b>238%</b> | -        | -    |

Fonte: Elaboração própria, 2021, com dados do IBGE

**O setor da Administração Pública**, de uma forma geral, compreende todos os gastos e investimentos necessários ao cumprimento de todas as suas obrigações institucionais impostas por força da legislação, com o objetivo principal de atender as demandas sociais, em níveis federal, estadual, distrital e municipal. Portanto, trata-se do total dos recursos públicos utilizados para o custeio da máquina pública e para os investimentos necessários para disponibilização dos serviços essenciais à população nas áreas de saúde, educação, seguridade social, segurança, entre outras.

Nesta área, diante dos dados apresentados acima, verifica-se que o setor da Administração Pública, gerou um VAB de R\$ 638.380.000,00 em 2010 e passou para R\$ 1.284.727.931,00 em 2018, representando um aumento de 101% durante o período. A participação deste setor econômico na formação do PIB regional, representava 47% no primeiro ano da análise e esse percentual caiu para apenas 28% no último ano. Desta forma, este setor, que já foi o mais importante e de maior representatividade para a formação do PIB regional, diminuiu consideravelmente em termos percentuais.

**O setor da Agropecuária**, agrega as atividades primárias relacionadas a criação de animais, cultivo de plantas, atividades da pesca, sendo esses produtos comercializados para o consumo humano ou para o setor industrial como insumos intermediários para produção de

produtos diversos. Por sua natureza, o setor primário se mostra essencial para os demais setores da cadeia produtiva.

Verificando os dados expostos na tabela acima, constata-se que este setor, apresentou um VAB na ordem de R\$ 153.963.000,00 em 2010 e aumentou para R\$ 327.107.840,00 em 2018, correspondendo a uma adição de 112%. Já o comportamento em relação a contribuição deste setor econômico para formação do PIB da região do Mato Grande, era de 11% e reduziu para 7% no último ano do período estudado.

**O setor de serviços**, compreende as atividades de comércios, comunicações, transportes, alojamentos, serviços financeiros, profissionais que exercem atividades intelectuais de natureza científica, literária, artística, serviços financeiros, atividades imobiliárias e demais atividades de serviços em geral.

Nesta conjuntura, os dados expostos inerentes as atividades econômicas, demonstram um comportamento crescente neste setor, sendo que em 2010, totalizou o valor de R\$ 374.249.000,00 e elevou para R\$ 1.008.059.450,00 em 2018, o que correspondente a um acréscimo de 169% durante o decurso de tempo avaliado. Mesmo com este crescimento nos números, não foi o suficiente para evitar o encolhimento desta área econômica, no que concerne sua participação na formação PIB regional, caindo de 27% para 22% durante o período averiguado.

**O setor da indústria**, tem suas atividades desenvolvidas na indústria extrativa mineral, mineral não metálico, energia, petróleo e gás; pela indústria de transformação, indústria da construção civil, assim como na indústria de transformação, podendo ser desdobrada em grande número de indústrias: siderurgia, metalurgia, mecânica, material elétrico, material de transporte, química, petroquímica, plástico, eletrônica, vestuário, mobiliário, produtos alimentares e etc.

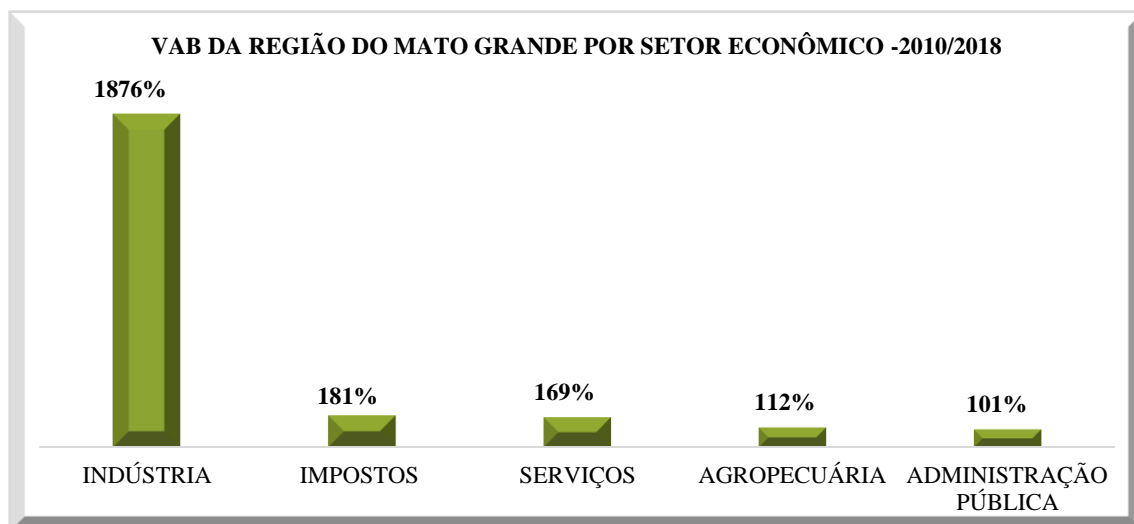
Desta maneira, a indústria da região do Mato Grande, de acordo com os resultados supra apresentados, nos mostra uma evolução fora da normalidade, com uma expansão de 1.876%%, saindo do valor de R\$ 84.802.000,00 em 2010 para o surpreendente valor de R\$ 1.675.610.110,00 em 2018, levando esta área econômica a se tornar a que mais contribui para a formação do PIB da região, saindo do percentual de 6% para 36% durante o período consultado.

Os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos, a preços correntes, concentram os impostos sobre produtos nacionais e importados e são somados ao VAB para formação do PIB. Este item inclui um cabedal de impostos, tais como: Imposto de Importação - II; Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI; COFINS; PIS; Imposto de Exportação - IE; ICMS; ISS; ITBI; entre outros impostos sobre produtos.

Este elemento econômico, teve uma evolução do ano de 2010 para 2018, dos valores de R\$ 118.876.000,00 para R\$ 334.333.509,00 respectivamente, representando um aumento de 181%, mas mesmo com este aumento a participação deste setor para a formação do PIB regional caiu de 9% para 7%.

Vajamos a evolução do VAB da região do Matos Grande, em termos percentuais e por setores econômicos, conforme gráfico 3 abaixo:

Gráfico 3



Fonte: Elaboração própria, 2021, com dados do IBGE

## VALOR ADICIONADO BRUTO POR MUNICÍPIO E POR SETOR ECONÔMICO (2010 -2018)

Para uma melhor compreensão do VAB por setor econômico, faz-se necessário o detalhamento, a distribuição da produção setorial de cada município que compõe a região. Desta forma, iremos observar a evolução em cada área, expondo, assim, o potencial econômico de cada município, comparando, verificando as particularidades, as semelhanças, as especificidades produtivas inerente a cada ente federativo.

Iniciaremos pelo setor da Administração pública, que por sinal, como vista acima, em 2010 se mostrou a área com maior contribuição para a formação do PIB da região. Vejamos a tabela 4 abaixo:

## VAB DO SETOR DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**Tabela 4 – VAB por município. Setor: Administração Pública (2010 – 2018)**

| MUNICÍPIO          | VALORES               |                         | AUMENTO<br>% | RANKING MG      |                 | RANKING RN       |                  | PART PIB   |            |
|--------------------|-----------------------|-------------------------|--------------|-----------------|-----------------|------------------|------------------|------------|------------|
|                    | 2010                  | 2018                    |              | 2010            | 2018            | 2010             | 2018             | 2010       | 2018       |
| CEARÁ MIRIM        | 190.677.000,00        | 367.769.040,00          | 93%          | 1 <sup>a</sup>  | 1 <sup>a</sup>  | 6 <sup>a</sup>   | 6 <sup>a</sup>   | 40%        | 43%        |
| JOÃO CAMARA        | 85.329.000,00         | 180.241.780,00          | 111%         | 3 <sup>a</sup>  | 2 <sup>a</sup>  | 16 <sup>a</sup>  | 12 <sup>a</sup>  | 41%        | 18%        |
| TOUROS             | 89.949.000,00         | 176.236.500,00          | 96%          | 2 <sup>a</sup>  | 3 <sup>a</sup>  | 14 <sup>a</sup>  | 14 <sup>a</sup>  | 46%        | 27%        |
| POÇO BRANCO        | 38.358.000,00         | 74.831.460,00           | 95%          | 4 <sup>a</sup>  | 4 <sup>a</sup>  | 38 <sup>a</sup>  | 41 <sup>a</sup>  | 67%        | 69%        |
| MAXARANGUAPE       | 29.613.000,00         | 64.548.620,00           | 118%         | 6 <sup>a</sup>  | 5 <sup>a</sup>  | 61 <sup>a</sup>  | 49 <sup>a</sup>  | 53%        | 54%        |
| RIO DO FOGO        | 28.808.000,00         | 61.794.361,00           | 115%         | 7 <sup>a</sup>  | 6 <sup>a</sup>  | 65 <sup>a</sup>  | 53 <sup>a</sup>  | 52%        | 37%        |
| TAIPU              | 33.073.000,00         | 61.666.780,00           | 86%          | 5 <sup>a</sup>  | 7 <sup>a</sup>  | 48 <sup>a</sup>  | 54 <sup>a</sup>  | 41%        | 55%        |
| S. M. DO GOSTOSO   | 25.796.000,00         | 56.207.520,00           | 118%         | 8 <sup>a</sup>  | 8 <sup>a</sup>  | 73 <sup>a</sup>  | 65 <sup>a</sup>  | 56%        | 13%        |
| PUREZA             | 24.807.000,00         | 51.107.980,00           | 106%         | 9 <sup>a</sup>  | 9 <sup>a</sup>  | 75 <sup>a</sup>  | 69 <sup>a</sup>  | 57%        | 43%        |
| JANDAIRA           | 19.662.000,00         | 39.016.230,00           | 98%          | 10 <sup>a</sup> | 10 <sup>a</sup> | 94 <sup>a</sup>  | 89 <sup>a</sup>  | 67%        | 56%        |
| PARAZINHO          | 14.884.000,00         | 33.975.090,00           | 128%         | 13 <sup>a</sup> | 11 <sup>a</sup> | 117 <sup>a</sup> | 101 <sup>a</sup> | 72%        | 8%         |
| CAIÇARA DO NORTE   | 15.094.000,00         | 33.403.980,00           | 121%         | 12 <sup>a</sup> | 12 <sup>a</sup> | 116 <sup>a</sup> | 102 <sup>a</sup> | 48%        | 45%        |
| BENTO FERNANDES    | 16.942.000,00         | 32.968.110,00           | 95%          | 11 <sup>a</sup> | 13 <sup>a</sup> | 107 <sup>a</sup> | 103 <sup>a</sup> | 65%        | 70%        |
| PEDRA GRANDE       | 13.609.000,00         | 27.237.610,00           | 100%         | 14 <sup>a</sup> | 14 <sup>a</sup> | 124 <sup>a</sup> | 123 <sup>a</sup> | 58%        | 13%        |
| SÃO BENTO DO NORTE | 11.779.000,00         | 23.722.870,00           | 101%         | 15 <sup>a</sup> | 15 <sup>a</sup> | 139 <sup>a</sup> | 133 <sup>a</sup> | 48%        | 12%        |
| <b>TOTAL</b>       | <b>638.380.000,00</b> | <b>1.284.727.931,00</b> | <b>101%</b>  | -               | -               | -                | -                | <b>47%</b> | <b>28%</b> |

Fonte: Elaboração própria, 2021, com dados do IBGE

A maior capacidade econômica na área da Administração Pública, continua sendo o município de Ceará Mirim, consolidando sua supremacia neste setor econômico, com o valor de R\$ 190.677.000,00 em 2010 e passou para R\$ 367.769.040,00 em 2018, representando uma majoração na ordem de 93%. Em relação a formação do PIB municipal, esta área contribuiu com 40% em 2010 e aumentou para 43% em 2018. Em relação ao ranking do estado, se manteve na 6<sup>a</sup> colocação. Com isso, o município com maior população da região, apresenta números que justificam sua expressiva representatividade no cenário estadual.

Os dados de Touros, apresentou uma evolução na ordem de 96% do ano de 2010 para o ano de 2018, saindo do valor de R\$ 89.949.000,00 para R\$ 176.236.500,00. Com esse comportamento, caiu da 3<sup>a</sup> para a segunda colocação na classificação regional, porém se mantendo na 14<sup>a</sup> colocação no ranking estadual. Já a contribuição deste setor para a formação do PIB municipal, caiu de 46% para 27%. Esse desempenho ainda coloca Touros como um dos principais municípios da região.

O município de São Bento do Norte, entre todos os municípios da região, foi o que demonstrou o menor valor para esta área, no montante de R\$ 11.779.000,00 em 2010 e em 2018 passou para R\$ 23.722.870,00, correspondendo a um incremento de 101%. Esse desempenho fez com que o município permanecesse na última colocação, como já colocado acima. Na classificação estadual, o município saiu da posição 139 para a 133. A Administração Pública representou 48% na composição do PIB municipal em 2010 e diminuiu para apenas 12% em 2018.

## VAB DO SETOR DA AGROPECUÁRIA

**Tabela 5 – VAB por município. Setor: Agropecuária (2010 – 2018)**

| MUNICÍPIO          | VALORES               |                       | AUMENTO<br>% | RANKING MG |      | RANKING RN |      | PART. PIB  |           |
|--------------------|-----------------------|-----------------------|--------------|------------|------|------------|------|------------|-----------|
|                    | 2010                  | 2018                  |              | 2010       | 2018 | 2010       | 2018 | 2010       | 2018      |
| TOUROS             | 45.286.000,00         | 90.858.820,00         | 101%         | 1ª         | 1ª   | 4ª         | 6ª   | 23%        | 14%       |
| PUREZA             | 7.244.000,00          | 43.465.710,00         | 500%         | 8ª         | 2ª   | 38ª        | 13ª  | 17%        | 37%       |
| CEARÁ MIRIM        | 25.538.000,00         | 41.570.670,00         | 63%          | 2ª         | 3ª   | 6ª         | 15ª  | 5%         | 5%        |
| RIO DO FOGO        | 9.448.000,00          | 40.397.090,00         | 328%         | 4ª         | 4ª   | 30ª        | 16ª  | 17%        | 24%       |
| CAIÇARA DO NORTE   | 7.614.000,00          | 17.222.230,00         | 126%         | 7ª         | 5ª   | 36ª        | 32ª  | 24%        | 23%       |
| TAIPU              | 18.059.000,00         | 17.107.140,00         | -5%          | 3ª         | 6ª   | 15ª        | 33ª  | 22%        | 15%       |
| JOÃO CAMARA        | 8.557.000,00          | 15.862.820,00         | 85%          | 5ª         | 7ª   | 33ª        | 34ª  | 4%         | 2%        |
| MAXARANGUAPE       | 7.800.000,00          | 14.362.190,00         | 84%          | 6ª         | 8ª   | 35ª        | 37ª  | 14%        | 12%       |
| SÃO BENTO DO NORTE | 5.899.000,00          | 11.893.000,00         | 102%         | 9ª         | 9ª   | 48ª        | 47ª  | 24%        | 6%        |
| S. M. DO GOSTOSO   | 5.706.000,00          | 10.207.740,00         | 79%          | 10ª        | 10ª  | 51ª        | 56ª  | 12%        | 2%        |
| PEDRA GRANDE       | 3.100.000,00          | 7.292.230,00          | 135%         | 12ª        | 11ª  | 80ª        | 69ª  | 13%        | 3%        |
| POÇO BRANCO        | 4.352.000,00          | 6.284.340,00          | 44%          | 11ª        | 12ª  | 60ª        | 75ª  | 8%         | 6%        |
| BENTO FERNANDES    | 2.533.000,00          | 4.583.410,00          | 81%          | 13ª        | 13ª  | 91ª        | 86ª  | 10%        | 10%       |
| PARAZINHO          | 745.000,00            | 3.174.580,00          | 326%         | 15ª        | 14ª  | 163ª       | 109ª | 4%         | 1%        |
| JANDAIRA           | 2.082.000,00          | 2.825.870,00          | 36%          | 14ª        | 15ª  | 99ª        | 111ª | 7%         | 4%        |
| <b>TOTAL</b>       | <b>153.963.000,00</b> | <b>327.107.840,00</b> | <b>112%</b>  | -          | -    | -          | -    | <b>11%</b> | <b>7%</b> |

Fonte: Elaboração própria, 2021, com dados do IBGE

Diante dos dados supra classificados, ratifica-se a superioridade de Touros neste Setor Econômico. O Município continua soberano, ampliando a cada ano os números do VAB da agropecuária frente aos demais municípios da região do Mato Grande. Para o ano de 2010, foi apurado o valor de R\$ 45.286.000,00 e houve uma ampliação em 2018 para o valor de R\$ 90.858.820,00, o que representou uma evolução de 101%. Porém, na classificação estadual, ocorreu uma queda da 4ª para a 6ª colocação. Este setor produziu o equivalente a 23% do PIB municipal em 2010 e em 2018 caiu para 14%.

O município com o menor valor adicionado bruto, neste setor, foi Jandaíra, com o valor de R\$ 2.082.000,00 em 2010 e R\$ 2,825.870,00 em 2018, correspondendo ao acréscimo de apenas 36% durante o período observado. Com esse desempenho, o município caiu para a última posição na classificação regional, ocasionando, também, a queda da 99ª para a 111ª

colocação no ranking estadual. Este setor contribuiu para a formação do PIB municipal em 2010, com 7%, e em 2018 reduziu para 4%.

## VAB DO SETOR DE SERVIÇOS

**Tabela 6 – VAB por município. Setor: Serviços (2010 – 2018)**

| MUNICÍPIO          | VALORES               |                         | AUMENTO<br>% | RANKING MG |      | RANKING RN |      | PART PIB   |            |
|--------------------|-----------------------|-------------------------|--------------|------------|------|------------|------|------------|------------|
|                    | 2010                  | 2018                    |              | 2010       | 2018 | 2010       | 2018 | 2010       | 2018       |
| CEARÁ MIRIM        | 176.385.000,00        | 328.332.390,00          | 86%          | 1ª         | 1ª   | 9ª         | 8ª   | 37%        | 39%        |
| JOÃO CAMARA        | 80.897.000,00         | 220.336.750,00          | 172%         | 2ª         | 2ª   | 17ª        | 15ª  | 39%        | 21%        |
| TOUROS             | 32.023.000,00         | 157.863.530,00          | 393%         | 3ª         | 3ª   | 34ª        | 18ª  | 16%        | 24%        |
| S. M. DO GOSTOSO   | 9.599.000,00          | 71.258.520,00           | 642%         | 8ª         | 4ª   | 69ª        | 31ª  | 21%        | 17%        |
| MAXARANGUAPE       | 12.386.000,00         | 29.675.160,00           | 140%         | 4ª         | 5ª   | 58ª        | 61ª  | 22%        | 25%        |
| RIO DO FOGO        | 10.116.000,00         | 29.441.640,00           | 191%         | 7ª         | 6ª   | 67ª        | 62ª  | 18%        | 18%        |
| SÃO BENTO DO NORTE | 3.435.000,00          | 28.889.560,00           | 741%         | 15ª        | 7ª   | 141ª       | 64ª  | 14%        | 14%        |
| PARAZINHO          | 3.671.000,00          | 25.882.840,00           | 605%         | 14ª        | 8ª   | 138ª       | 67ª  | 18%        | 6%         |
| POÇO BRANCO        | 10.371.000,00         | 21.455.880,00           | 107%         | 6ª         | 9ª   | 64ª        | 80ª  | 18%        | 20%        |
| PEDRA GRANDE       | 4.064.000,00          | 19.232.570,00           | 373%         | 13ª        | 10ª  | 126ª       | 84ª  | 17%        | 9%         |
| TAIPU              | 10.906.000,00         | 18.581.950,00           | 70%          | 5ª         | 11ª  | 62ª        | 87ª  | 14%        | 17%        |
| PUREZA             | 6.212.000,00          | 17.255.500,00           | 178%         | 9ª         | 12ª  | 97ª        | 89ª  | 14%        | 14%        |
| CAIÇARA DO NORTE   | 4.750.000,00          | 16.378.120,00           | 245%         | 11ª        | 13ª  | 114ª       | 94ª  | 15%        | 22%        |
| JANDAIRA           | 4.978.000,00          | 15.604.780,00           | 213%         | 10ª        | 14ª  | 111ª       | 96ª  | 17%        | 23%        |
| BENTO FERNANDES    | 4.456.000,00          | 7.870.260,00            | 77%          | 12ª        | 15ª  | 119ª       | 142ª | 17%        | 17%        |
| <b>TOTAL</b>       | <b>374.249.000,00</b> | <b>1.008.059.450,00</b> | <b>169%</b>  | -          | -    | -          | -    | <b>27%</b> | <b>22%</b> |

Fonte: Elaboração própria, 2021, com dados do IBGE

No setor de serviços, Ceará Mirim continua sendo o município com maior representatividade no cenário regional, apresentando o montante de R\$ 176.385.000,00 em 2010 e elevou esse valor para R\$ 328.332.390,00, o que correspondeu ao incremento de 86%. Com essa evolução, além da manutenção da primeira colocação na região, passou da 9ª para a 8ª colocação no ranking do estado. Este setor contribuiu para compor o PIB do município em 2010, com o valor equivalente a 37% e em 2018 passou a contribuir com 39%.

Mantendo a 3ª colocação nesta área econômica, Touros apresentou os valores de R\$ 32.023.000,00 em 2010 e R\$ 157.863.530,00 em 2018, o que representa uma evolução significativa de 393%. Com este desempenho, o município elevou sua posição da 34ª para 18ª no ranking estadual. Já para a formação do PIB do município, este setor produziu riqueza equivalente a 16% em 2010 e elevou sua participação para 24% em 2018.

Apresentando os valores mais baixos da região, aparece o município de Bento Fernandes, com valores de R\$ 4.456.000,00 em 2010 e R\$ 7.870.260,00 em 2018, aumentando, portanto, 77%. Esses números rebaixam o município no ranking regional, caindo da 12ª para a última posição. Na classificação do estado, também piorou, saiu da 119ª para 142ª posição. Com isso, o setor de serviços contribuiu com 17% para a formação do PIB municipal nos dois anos averiguados.

## VAB DO SETOR DE INDÚSTRIA

**Tabela 7 – VAB por município. Setor: Indústria (2010 – 2018)**

| MUNICÍPIO          | VALORES              |                         | AUMENTO<br>%  | RANKING MG |      | RANKING RN |      | PART PIB  |            |
|--------------------|----------------------|-------------------------|---------------|------------|------|------------|------|-----------|------------|
|                    | 2010                 | 2018                    |               | 2010       | 2018 | 2010       | 2018 | 2010      | 2018       |
| JOÃO CAMARA        | 16.692.000,00        | 538.641.150,00          | 3.127%        | 2ª         | 1ª   | 30ª        | 5ª   | 8%        | 52%        |
| PARAZINHO          | 591.000,00           | 363.991.710,00          | 61.489%       | 15ª        | 2ª   | 146ª       | 6ª   | 3%        | 82%        |
| S. M. DO GOSTOSO   | 1.473.000,00         | 240.461.920,00          | 16.225%       | 8ª         | 3ª   | 94ª        | 12ª  | 3%        | 57%        |
| TOUROS             | 6.570.000,00         | 182.356.060,00          | 2.676%        | 4ª         | 4ª   | 51ª        | 14ª  | 3%        | 28%        |
| PEDRA GRANDE       | 857.000,00           | 137.503.340,00          | 15.945%       | 12ª        | 5ª   | 121ª       | 17ª  | 4%        | 64%        |
| SÃO BENTO DO NORTE | 922.000,00           | 108.979.340,00          | 11.720%       | 11ª        | 6ª   | 118ª       | 21ª  | 4%        | 55%        |
| CEARÁ MIRIM        | 39.238.000,00        | 41.058.650,00           | 5%            | 1ª         | 7ª   | 19ª        | 35ª  | 8%        | 5%         |
| RIO DO FOGO        | 2.031.000,00         | 29.054.610,00           | 1.331%        | 5ª         | 8ª   | 76ª        | 42ª  | 4%        | 17%        |
| TAIPU              | 9.073.000,00         | 10.282.340,00           | 13%           | 3ª         | 9ª   | 44ª        | 63ª  | 11%       | 9%         |
| JANDAIRA           | 1.154.000,00         | 6.408.560,00            | 455%          | 10ª        | 10ª  | 113ª       | 80ª  | 4%        | 9%         |
| MAXARANGUAPE       | 1.743.000,00         | 5.002.080,00            | 187%          | 6ª         | 11ª  | 82ª        | 87ª  | 3%        | 4%         |
| CAIÇARA DO NORTE   | 689.000,00           | 4.028.680,00            | 485%          | 13ª        | 12ª  | 135ª       | 93ª  | 2%        | 5%         |
| PUREZA             | 1.714.000,00         | 3.489.090,00            | 104%          | 7ª         | 13ª  | 84ª        | 97ª  | 4%        | 3%         |
| POÇO BRANCO        | 1.373.000,00         | 3.209.280,00            | 134%          | 9ª         | 14ª  | 96ª        | 103ª | 2%        | 3%         |
| BENTO FERNANDES    | 682.000,00           | 1.143.300,00            | 68%           | 14ª        | 15ª  | 137ª       | 148ª | 3%        | 2%         |
| <b>TOTAL</b>       | <b>84.802.000,00</b> | <b>1.675.610.110,00</b> | <b>1.876%</b> | -          | -    | -          | -    | <b>6%</b> | <b>36%</b> |

Fonte: Elaboração própria, 2021, com dados do IBGE

Conforme exposto acima, no setor da indústria do Mato Grande, temos João Câmara com os maiores valores entre todos os municípios da região, com R\$ 16.692.000,00 em 2010 e em 2018 foi majorado para 538.641.150,00, representando um aumento de 3.127% dentro do período estudado. Com esses valores, João Câmara se estabelece como a maior potência econômica regional nesta área, desbancando Ceará Mirim e passou a ocupar a primeira colocação na região. No estado, passou da 30ª para a 5ª posição. Este setor contribuiu com 8% para a constituição do PIB municipal em 2010 e passou para 52% em 2018. Portanto, mais de 50% do PIB do município de João Câmara passou a ser gerado pelo setor industrial.

Se mantendo na 4ª colocação na região, Touros apresentou o valor de R\$ 6.570.000,00 em 2010 e aumentou esse valor para R\$ 182.356.060,00 em 2018, um acréscimo de 2.676% neste setor. Isso proporcionou uma subida do município no ranking estadual, saindo da 51ª para a 14ª posição no estado. Com isso, esta área econômica, que gerou apenas 3% do PIB tourense em 2010, em 2018 passou a gerar 28% de toda a riqueza produzida dentro dos limites do município.

Bento Fernandes, mais uma vez, apresenta os menores valores entre os municípios que integram a região do Mato Grande, com apenas R\$ 682.000,00 em 2010, passando para o valor de R\$ 1.143.300,00 em 2018, aumentando apenas 68%, com isso, nesta área, o município amarga a última colocação na região. Ademais, caiu da 137ª para a 148ª posição na classificação estadual. Este setor correspondia a 3% e passou a contribuir com apenas 2% para a formação do PIB municipal.

Após a análise dos quatro setores econômicos, ficou demonstrado que os municípios de João Câmara, Ceará Mirim e Touros, alternam as lideranças nessas áreas, cada um com seu potencial, ratificando, portanto, como as três principais potências econômicas da região do Mato Grande.

E, como o PIB é composto pelo VAB desses quatro setores econômicos, mais os impostos líquidos sobre a produção, segue abaixo a tabela 8 expondo os dados dos impostos:

**Tabela 8 – Impostos líquidos sobre a produção (2010 – 2018)**

| MUNICÍPIO          | VALORES               |                       | RANKING MG |      | PART. PIB |           |
|--------------------|-----------------------|-----------------------|------------|------|-----------|-----------|
|                    | 2010                  | 2018                  | 2010       | 2018 | 2010      | 2018      |
| JOÃO CAMARA        | 17.070.000,00         | 70.936.670,00         | 3ª         | 1ª   | 8%        | 7%        |
| CEARÁ MIRIM        | 41.302.000,00         | 70.474.050,00         | 1ª         | 2ª   | 9%        | 8%        |
| TOUROS             | 21.252.000,00         | 54.739.480,00         | 2ª         | 3ª   | 11%       | 8%        |
| S. M. DO GOSTOSO   | 3.306.000,00          | 42.017.960,00         | 8ª         | 4ª   | 7%        | 10%       |
| SÃO BENTO DO NORTE | 2.721.000,00          | 26.292.320,00         | 11ª        | 5ª   | 11%       | 13%       |
| PEDRA GRANDE       | 1.695.000,00          | 22.624.910,00         | 12ª        | 6ª   | 7%        | 11%       |
| PARAZINHO          | 909.000,00            | 16.085.790,00         | 15ª        | 7ª   | 4%        | 4%        |
| RIO DO FOGO        | 4.695.000,00          | 5.934.549,00          | 5ª         | 8ª   | 9%        | 4%        |
| MAXARANGUAPE       | 3.918.000,00          | 5.514.790,00          | 6ª         | 9ª   | 7%        | 5%        |
| JANDAIRA           | 1.518.000,00          | 5.351.630,00          | 13ª        | 10ª  | 5%        | 8%        |
| TAIPU              | 9.445.000,00          | 4.578.670,00          | 4ª         | 11ª  | 12%       | 4%        |
| PUREZA             | 3.482.000,00          | 3.708.780,00          | 7ª         | 12ª  | 8%        | 3%        |
| POÇO BRANCO        | 2.968.000,00          | 2.665.370,00          | 10ª        | 13ª  | 5%        | 2%        |
| CAIÇARA DO NORTE   | 3.157.000,00          | 2.556.040,00          | 9ª         | 14ª  | 10%       | 3%        |
| BENTO FERNANDES    | 1.438.000,00          | 852.500,00            | 14ª        | 15ª  | 6%        | 2%        |
| <b>TOTAL</b>       | <b>118.876.000,00</b> | <b>334.333.509,00</b> | -          | -    | <b>9%</b> | <b>7%</b> |

Fonte: Elaboração própria, 2021, com dados do IBGE

Com os dados expostos na tabela 8 acima, podemos perceber que, como os impostos incidem sobre a produção, os municípios de João Câmara, Ceará Mirim e Touros se destacam neste quesito.

Com esses dados acima, completamos a composição do PIB da região, correspondendo, portanto, a somatória dos valores dos setores da Administração Pública, da Agropecuária, dos Serviços e da Indústria, além dos impostos líquidos sobre a produção.

## CONCLUSÕES

Após análise do comportamento do Produto Interno Bruto nominal da região do Mato Grande, podemos afirmar que o resultado obtido, reflete um desempenho econômico com índices mais elevados do que o estado do Rio Grande do Norte e Brasil, em decorrência dos resultados fenomenais obtidos pela maioria dos municípios estudados, proporcionando à região uma elevação de 238% em 8 anos, saindo do valor de R\$ 1,3 bilhão em 2010 para R\$ 4,6 bilhões em 2018. Esses números elevaram de 3,79% para 6,91% a participação da região na formação

do PIB estadual. Com essa trajetória, a região demonstra que vem passando por uma verdadeira revolução no cenário econômico estadual, em decorrência da implementação de elevadíssimos investimentos aportados no setor da indústria, em especial, nos empreendimentos voltados à geração de energia eólica, que teve, este setor, uma produção de R\$ 84,8 milhões em 2010 e ampliou de forma gigantesca esse valor para R\$ 1,6 bilhão de reais em 2018, correspondendo a um aumento estratosférico, em termos percentuais, de 1.876%. Com esse fantástico desempenho, a participação do setor na formação do PIB regional aumentou de 6% para 36% durante o interstício temporal averiguado, ratificando, consolidando a região como uma das maiores potências econômicas do estado no setor industrial. Essa constatação se deu após minuciosa observação dos agentes econômicos envolvidos, tendo como fundamento, dados oficiais captados junto ao IBGE, órgão governamental de grande credibilidade no meio econômico e científico. Deste modo, as variáveis que interferiram de maneira determinante no crescimento da economia regional, foram analisadas e interpretadas de forma extremamente criteriosa, de modo a identificar, categoricamente, qual foi a principal área econômica responsável pela variação ocorrida nos indicadores.

A renda per capita da região, inexoravelmente, apresentou trajetória similar à do PIB nominal, uma vez que ela deriva desse indicador macroeconômico, refletindo, em termos percentuais, no aumento de 380%, saindo do valor de R\$ 5.717,31 para R\$ 27.416,61 em 2018. O mais simbólico exemplo desse fenômeno econômico é a constatação da renda per capita de Parazinho, pois foi catapultada do valor de R\$ 4.293,09 em 2010 para R\$ 85.197,08 em 2018, um aumento de 1.185%, demonstrando a hegemonia do município neste índice. Já o município de Taipu, apresentou um crescimento na renda per capita de apenas 34%, passando do valor de R\$ 6.806,03 para 9.154,34 no mesmo período. Em suma, fica claro que o panorama econômico não é equitativo para todos da região, refletindo disparidades abissais entre os indicadores de municípios circunvizinhos, pertencentes a esta mesma região.

O município de Touros, por sua vez, apresentou números que refletiram um bom desempenho em todos os indicadores, se apresentando como uma das maiores potências econômicas da região, inclusive, consolidando sua supremacia no setor agropecuário da região, deixando claro o seu potencial de crescimento econômico, podendo ampliar sua capacidade produtiva neste setor, com o melhoramento, o aperfeiçoamento no uso de técnicas de manejos, uso máquinas, equipamentos, implementos e insumos mais eficientes, utilizando-se dos avanços tecnológicos como um instrumento potencializador na produção de riqueza.

O setor industrial do município de Touros, foi o que mais contribuiu para a composição do PIB municipal, passando de 3% para 28% do total da riqueza produzida no território tourense, enquanto, no sentido contrário, a administração pública representava 46% passou a representar apenas 27%.

É incontestável o crescimento econômico na região e no território tourense, os números denunciam os fatos econômicos que refletiram nessa mutação, na transformação da composição e nas evoluções dos valores dos PIB's regional e municipal, assim como a renda per capita na região e no município de Touros. Diante das constatações, é inevitável não transpor as delimitações do tema, não refletir nas nuances econômicas advindas das constatações aqui expressadas.

Este fantástico crescimento econômico reflete no desenvolvimento socioeconômico da região e do município de Touros? O coeficiente de Gini e os demais indicadores econômicos podem e devem responder!

## Referências

FEIJÓ, Carmem Aparecida. **Contabilidade social**: o novo sistema de contas nacionais do Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Produto Interno Bruto do Rio Grande do Norte. Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/panorama>. Acesso em: 3 mar. 2021.

PAULANI, L. M., BRAGA, M. B. **A nova contabilidade social**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

ROSSETTI, Jose Paschoal. **Contabilidade social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1992. 320 p.

SISTEMA de informações territoriais. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/>. Acesso em: 5 mar. 2021.

SOUZA, Nali de Jesus. **Economia Básica**. São Paulo: Atlas, 2007.

VASCONCELLOS, Marco Antonio; GARCIA, Manuel E. **Fundamentos de Economia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

## 5 DEIXEI DE SER UM “GALADO” E PASSEI A SER UM “CANÇU BRABU”.: UM RELATO DO IMPACTO DAS VARIAÇÕES LINGUISTICAS

H. Hudson Bento de Almeida

Especialista em Tecnologias Educacionais (UFRN)E-

E-mail: [HUDSON.BENTO.84@GMAIL.COM](mailto:HUDSON.BENTO.84@GMAIL.COM)

Nascido na periferia da zona norte da capital potiguar, fruto de uma educação pública, à época, regada de greves infindáveis e escassez de profissionais, tive meu linguajar formado por falas populares utilizadas geralmente nos campos de barro e quadras de cimento e buracos onde jogava futebol. Claro, com algumas correções e impeditivos por um pai e religião rígidos. Naquele tempo era comum “dá já um bofete” “no infeliz da costa oca” que “tirasse onda”, ali, eu já era um “galado”, na verdade “um galadinho pequeno”.

A princípio essa era a expressão mais utilizada em minhas relações sociais, desconsiderando os “palavrões” que nunca foi me permitido reproduzir, e seu significado dependia do contexto, da frase em que estava empregada, variando em qualidade de pessoa boa ou má. Vejamos alguns exemplos:

- “Esse homi é uma onda”, conseguiu conquistar aquela “boizinha”? Ah, “galado”!
- “Aí dentro”, “galado”, paga o que me deve!

Na primeira expressão temos o típico exemplo de admiração ao “bodão” daqueles tempos, o “pegador”, muito seguido pelos jovens de sua idade, uma inspiração em tempos nos quais não podia se mascarar através de mídias sociais, “ou era tu ou tu mesmo”! Desvinculando, neste trecho, da questão machista não muito discutida por este público, temos uma aplicação positiva. Já na segunda frase vemos que fala-se de uma pessoa possivelmente “veaca”, que está a dever algum valor e o emissor já demonstra uma certa irritação, assim temos um emprego negativo.

Com as melhores notas em Matemática e Geometria, e sempre escorregadio no Português, me tornei “aborrecente”. Ingressei em escola particular e projeto social, aos quatorze anos iniciei a ajudar em minha manutenção de vida e comecei a “tomar forma de gente”, a “tirar a catinga do mijo”, foi quando aprendi que até então só fazia uso unicamente da linguagem informal.

Utilizada pelas pessoas de baixa escolaridade ou mesmo analfabetas, mais frequentemente na forma oral e raramente na escrita. O vocabulário é restrito, com larga penetração da gíria, onomatopeias e formas deturpadas (pobrema). Não há preocupação com as regras gramaticais de flexão, concordância etc. (VASCONCELOS, 2012, p. 23).

Foi um período “Bixiga taboca”, não se falava em bullying, apesar de ser severamente praticado, e não digo isso “proque” meus amigos e amigas de sala carinhosamente até hoje me chamam apenas de “zona”, em referência ao lugar onde residia, e sim das vezes que fui barrado na entrada por estar com o tênis ou a camisa da farda rasgados, apesar de nunca terem percebido que percorri todo o ensino médio com boas notas e nenhum livro! Aliás, “meu mano”, posso aqui confessar que tive dois grandes erros: Assinava minha agenda no lugar de meus pais, porque já não tinha cara de vê-los “aperreados” para tentar comprar algo para mim sem terem condições financeiras, e passava por baixo da roleta do “busão” para trocar o ticket estudantil por picolé de gelo!

“Meu fi”, tudo isso me deu um “ranço” e uma vontade “misera” de “ser alguém”! Mas eu tinha um grande “gargalo”: As redações dos grandes processos seletivos. Foi quando minimamente me apropriei da norma culta da língua portuguesa.

Como a educação ainda é privilégio de muito pouca gente em nosso país, uma quantidade gigantesca de brasileiros permanece à margem do domínio de uma norma culta. Assim, da mesma forma como existem milhões de brasileiros sem terra, sem escola, sem teto, sem trabalho, sem saúde, também existem milhões de brasileiros sem língua. Afinal, se formos acreditar no mito da língua única, existem milhões de pessoas neste país que não têm acesso a essa língua, que é a norma literária, culta, empregada pelos escritores e jornalistas, pelas instituições oficiais, pelos órgãos do poder — são os sem-língua (BAGNO, 2007, p. 16).

Recorri para o que de imediato me desse poder aquisitivo! Uma vida independente! Foi quando, aos dezessete anos, me mudei para a EAMPE (Escola de Aprendizes Marinheiro de Pernambuco) e não tive muita dificuldade no início. Limpar mato, respeito a hierarquia e estudo eram coisas que já faziam parte de minha rotina, e antes sem nenhuma remuneração. O

preconceito também não me maltratava, sempre “entrava por um lado e saía pelo outro”. Eu agora era o “paraíba”, todo sulista era mais “safo”. Não podia falar “oxê”, “oxente” (e claro o melhor de todos: “galado”) que as risadas chegavam até aos berros e antecipavam uma carreta de outras “tirações de onda”, apesar de que, em silêncio, estranhava a fala dos cariocas.

Nenhuma língua permanece a mesma em todo o seu domínio e, ainda num só local, apresenta um sem-número de diferenciações. [...] Mas essas variedades de ordem geográfica, de ordem social e até individual, pois cada um procura utilizar o sistema idiomático da forma que melhor lhe exprime o gosto e o pensamento, não prejudicam a unidade superior da língua, nem a consciência que têm os que a falam diversamente de se servirem de um mesmo instrumento de comunicação, de manifestação e de emoção (CUNHA., 1964).

Os bailes de quinze anos dos quais participava, vestindo o melhor traje de marinheiro, com as diversas debutantes “filhas da alta sociedade” foram a primeira visão de “mundos diferentes” que tive. Até hoje não consegui definir se foi o aroma dos rios, das vezes em que “dormi na praça” ou a saudade “besta fera” que me fizeram retornar.

Daí para frente tem um “tirinete” de “perrengues” que em outro dia vos relato. vamos direto à chegada à *praia do descobrimento!* “Eita, mulesta!” Agora a quem conhecia tinha a dúvida se era veranista ou forasteiro! “Agora, é que é mexa’, “homi”!

Levei um tempo para constituir novas amizades e rotina, mas o futebol não poderia faltar. Foi quando iniciei minhas participações nas “peladas” nos minicampos e tive minha linguagem atualizada, agora eu era “um cançu brabu”, esperando que no sentindo bom do emprego da expressão, e, felizmente, até hoje ainda não mereci ser chamado de “febre de rato” ou “variosa”.

O espaço físico onde interagimos é um campo de atividade social de grande magnitude, principalmente quando se refere à atuação linguística que, por natureza, se concretiza no terreno geográfico onde suas qualidades geológicas e produtivas influenciam significativamente em nossa maneira de se comunicar, de se comportar, de agir, de viver (SANTOS, 2018, p. 5).

Escutar e me adaptar à nova variação linguística não era o grande problema, e sim a pronúncia de expressões oriundas de outros ambientes geográficos. Foi então que em um determinado dia, pedindo a bola, cometi o grande erro de dizer:

- Passa a bola, “galado”!

“De rocha”, “o pau só num comeu” por que seguraram o outro companheiro. “Se quer ser uns zoi peste” que aquele camarada “arregaiou”. Eu fiquei trêmulo “igual vara verde”. Tive a

obrigação de explicar que não se tratava de um palavrão com conotação sexual, e sim de uma “gíria” utilizada corriqueiramente por uma grande parcela da população natalense.

Durante a Segunda Guerra Mundial, Parnamirim foi ponto estratégico para uma base militar dos Estados Unidos, conseqüentemente muitos americanos passaram a residir em Natal, trazendo consigo muitos dos seus costumes. Um deles, era usar traje de gala para frequentar festas e bailes da cidade. Como vocês podem imaginar, só eles se vestiam de tal maneira, causando um estranhamento e comentários na população local, ou seja, em nós potiguares, os quais começaram a chamá-los de “galados” de uma maneira pejorativa (CASCUDO, 2016).

Em um país de área territorial praticamente continental, uma só linguagem vai possuir diversas variações linguísticas além de variações conforme o tempo e uso, por isso comecei a admirar a língua portuguesa, apesar de a ver distante e continuar amante da matemática e casado com a informática! Aliás, esta última tem feito estragos em meus diálogos. Tem enfraquecido ainda mais meu conhecimento na linguagem literária e obrigado a exercer uma nova escrita que leve em consideração a velocidade do envio da mensagem (Exemplos: vc, msg, tbm, hj, vdc, fds).

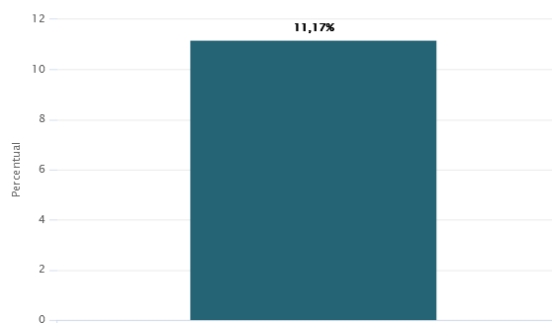
A linguagem sofre mudanças constantemente através do tempo, podemos citar por exemplo a palavra “Você”; antigamente era Vossa Mercê, que se transformou sucessivamente em Vossemecê, Vosmecê, Vancê e, com o passar do tempo, foi sendo modificada, por populações, culturas, povos diferenciados, entre várias outras palavras que ao longo do tempo vai sofrendo variações (CALVET, 2004, p. 110).

Sendo atuante na educação profissional da cidade de Touros e detentor de função comissionada do poder executivo federal, não me preocupa a adequação da linguagem ao ambiente, tenho com orgulho utilizado a linguagem familiar em minhas relações sociais.

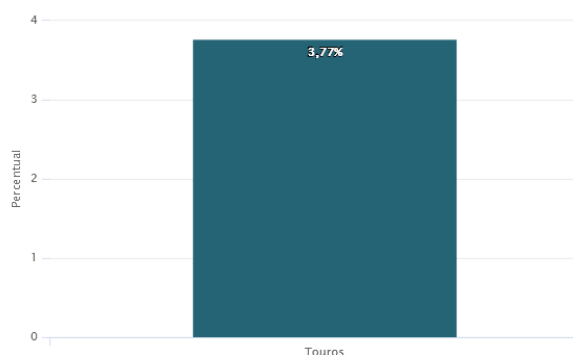
Utilizada pelas pessoas que, apesar de conhecerem a língua, fazem uso de um nível menos formal, mais cotidiano. O vocabulário é comum e a obediência às normas gramaticais é relativa, admitindo-se algumas construções típicas da linguagem oral e até mesmo o uso consciente de gírias (VASCONCELOS, 2012, p. 22).

Porém, tenho a percepção de que o baixo índice escolar está sendo refletido nos erros ortográficos e gramaticais encontrados nas produções escritas, problema apontado no baixo índice de alunos com percentual de aprendizado adequado em português e matemática. Em Touros apenas menos de 15% atingiu a meta, Onde o esperado é que pelo menos 70% do alunado apresente resultados positivos na prova Brasil.

Proporção de alunos com aprendizado adequado EF I (Português) (2013)



Proporção de alunos com aprendizado adequado EF II (Português) (2013)

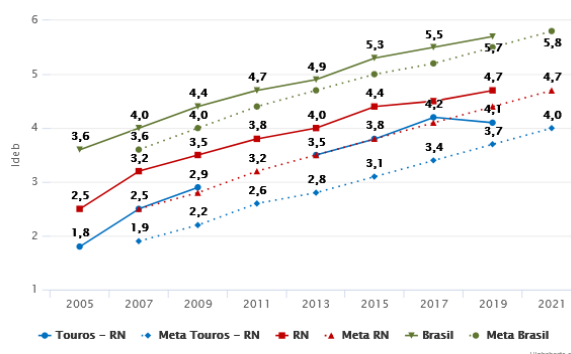


**Fonte:**

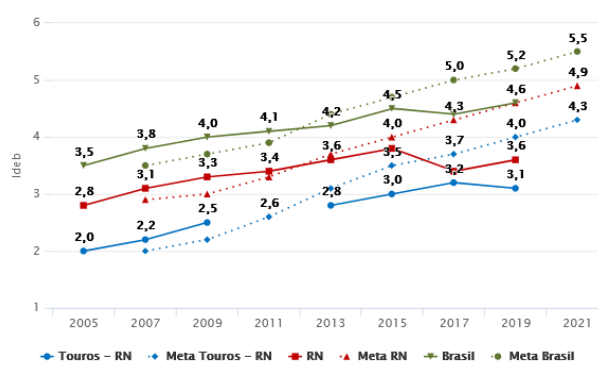
<https://datapedia.info/cidade/6012/rn/touros/#qualidade e-educacao>

Agora, a boa notícia é que estamos em crescente melhoria nos últimos anos, o desafio é acelerar o ritmo e não parar pelo caminho. O IDEB tem apresentado recuperação, assim como a taxa de analfabetismo, o “gargalo” ainda é a baixa escolaridade e a qualidade do ensino.

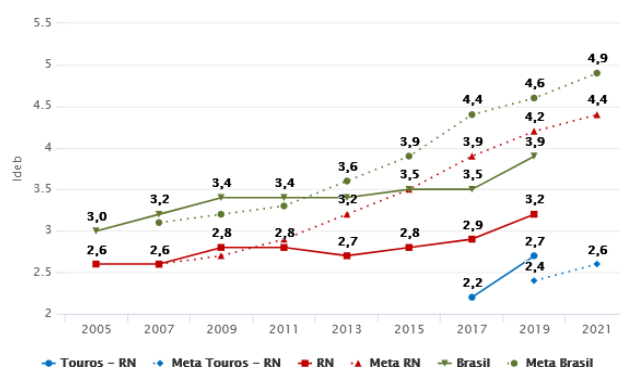
Desempenho e Metas no IDEB – Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano) (2005 - 2019)



Desempenho e Metas no IDEB – Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) (2005 - 2019)



Desempenho e Metas no IDEB – Ensino Médio (2005 - 2019)

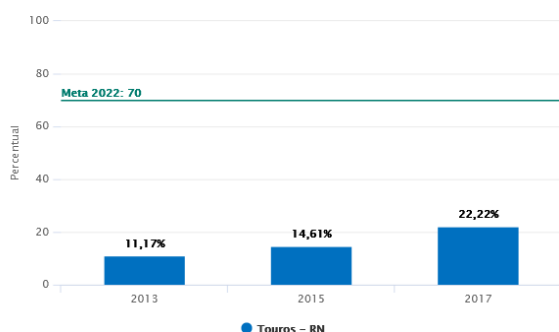


**Fonte:**

<https://datapedia.info/cidade/6012/rn/touros/#qualidade e-educacao>



Evolução aprendizagem adequada em Português - EFI (alunos de 5º ano) (2013 - 2017)

**Fonte:**

<https://datapedia.info/cidade/6012/rn/touros/#qualidade-educacao>

Logo, é preciso reconhecer as variações linguísticas, herança de um povo de origem secular, mas também criar, principalmente no espaço escolar, ambientes que possam desenvolver a utilização da norma culta da língua portuguesa, para que não se crie uma diferença educacional entre indivíduos de um mesmo país, idioma e idade. Uma vez que seria uma perda em várias áreas, inclusive econômica. Acredito que esta seja

agora nossa batalha, bem mais importante do que observar as falas “nas esquinas” é corrigir os textos em todos os níveis de sala de aula.

**Referências**

CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

CASCUDO, Alana. Como explicar a expressão “galado” para os seus amigos não natalenses. **Apartamento 702**, 18 jan. 2016. Disponível em: <https://apartamento702.com.br/como-explicar-a-expressao-galado-para-os-seus-amigos-nao-natalenses/>. Acesso em: 3 marc. 202.

CUNHA. Celso. **Uma política do idioma**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1964

VASCONCELOS, I. C. O. Conteúdos atitudinais como o lugar da investigação no processo educacional. **Educação, Gestão e Sociedade**, Jandira, v. 2, n. 6, p. 1-14, jun. 2012.



# 66 A UTILIZAÇÃO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA (REURB) COMO MEIO DE INTEGRAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DA POPULAÇÃO DOS BAIRROS MAIS DESPROVIDOS DO NOSSO MUNICÍPIO

Júlio José Silva Nascimento

Substituto do Registrador Imóveis de Extremoz/RN

Esp. Especialista em Direito Constitucional (Damásio)

[juliojsn@hotmail.com](mailto:juliojsn@hotmail.com)

Tema ainda bastante carente de debate em muitos dos municípios brasileiros, em especial os nordestinos, a Reurb já pode ser considerada um caminho sem volta. Cedo ou tarde, todos os municípios terão de implementá-la, seja por iniciativa própria, seja em face de programas governamentais a nível estadual ou nacional.

O presente texto tem por fim não o esgotamento do tema. Longe disso. Tem, sim, a intenção de provocar a curiosidade daqueles que possam vir a ser

beneficiados por algo que certamente transformará a vida de centenas de pessoas de forma simples e com o mínimo de burocracia.

Sem aqui querer tentar explanar acerca do histórico normativo envolvendo o tema, a Lei 13.465, de 2017, escancarou as portas para os que os municípios dela se aproveitem e utilizem de seus ideais, acima de tudo, em busca da dignidade da pessoa humana, direito fundamental da nossa Constituição.

Mas o que é a Reurb, afinal? Trata-se de processo multidisciplinar, vez que envolve medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais com a finalidade de incorporar os núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e à titulação de seus ocupantes, garantindo-lhes o direito à moradia e ao meio ambiente equilibrado, além de se fazer cumprir a função social da propriedade.

As medidas jurídicas correspondem especialmente à solução dos problemas dominiais,

referente às situações em que os ocupantes de uma determinada área, seja pública ou privada, não possuem o título que lhes dê segurança jurídica sobre sua ocupação.

A ideia nasce em virtude dos problemas sociais decorrentes do crescimento desordenado das cidades, que se desdobra nas ocupações informais decorrentes de parcelamentos irregulares ou até mesmo clandestinos, que fizeram surgir as chamadas favelas, que nada mais são do que assentamentos urbanos informais densamente povoados caracterizados por moradias precárias e miséria<sup>1</sup>.

É de conhecimento geral que o registro do imóvel no cartório competente traduz-se em segurança jurídica em favor

do seu titular. Ocorre que também é sabido que a grande maioria das unidades imobiliárias, sejam residenciais ou não, não possuem tal inscrição no órgão público registral, ficando, assim, na informalidade, e tendo o seu tráfego (transações imobiliárias) realizado precariamente através de instrumentos que não conferem a menor segurança aos seus detentores, os chamados contratos de gaveta.

Quando se fala em titulação dos ocupantes, presume-se que estes não possuem título aquisitivo da propriedade imóvel. É o aspecto da falta de um “documento” (popularmente, o título mais conhecido é a escritura pública) que dê a plena propriedade ao beneficiário direto da Reurb.

No que tange às medidas urbanísticas, estas se referem as soluções para adequar os parcelamentos irregulares (ou seja, sem qualquer tipo de registro e até mesmo de aprovação municipal) à cidade, como a implantação de infraestrutura essencial (calçamento, esgoto, energia, fornecimento de água), em virtude dos loteamentos implantados sem a atenção às normas legais. A realocação de moradias em face de estarem em locais sujeito a desmoroamento, enchentes, em locais insalubres, contaminados, entre outros, também entra nesse aspecto.

As medidas ambientais buscam superar o problema dos assentamentos implantados sem licenciamento

<sup>1</sup>

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Favela>

ambiental e em desacordo com a legislação urbana e de proteção ao meio ambiente.

No tocante às medidas sociais, são aquelas que dizem respeito às soluções dadas à população beneficiária da Reurb, especialmente nas ocupações por famílias de baixa renda, de forma a propiciar o exercício digno do direito à moradia e à cidadania, proporcionando qualidade de vida.

Quanto às espécies de Reurb previstas na Lei 13.465/2017, são três, sendo a que mais nos interessa no presente estudo é a de interesse social, conhecida como Reurb-S, posto ser aquela que envolve um contingente populacional, em sua grande parte, submetido a condições precárias de vida, privado do básico em termos de dignidade.

A Regularização Fundiária de Interesse Social (Reurb-S) é aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados predominantemente por população de baixa renda, assim declarados em ato do Poder Executivo municipal. Embora possam ser definidas através de ZEIS, que, em regra, são definidas no Plano Diretor Urbano de cada município, as áreas objetos de Reurb-S podem ser definidas através de ato do poder público (decreto, por ex.), especialmente nos pequenos municípios, que não têm a obrigatoriedade de criação do Plano Diretor Urbano pelo Estatuto das Cidades (Art. 41, I, da Lei 10.257/2001), demonstrando o caráter antiburocrático da novel legislação.

Considerando os dados colhidos por órgãos governamentais de pesquisa, como o IBGE (PIB, IDH, PIB per capita,

presença de mobiliários nos domicílios, entre outros), a grande maioria dos municípios têm amparo estatístico para definir, através de ato do executivo municipal, quais serão estas áreas, podendo em todo tempo ser revista a definição das áreas objeto de Reurb-S (art. 30, § 3o, da Lei 13.465/2017), não sendo necessários gastos com estudos técnicos mais apurados nestes casos.

Na Reurb-S, caberá ao poder público competente, diretamente ou por meio da administração pública indireta, implementar a infraestrutura essencial, os equipamentos comunitários e as melhorias habitacionais previstos nos projetos de regularização, assim como arcar com os ônus de sua manutenção.

Os atos referentes à Reurb-S independem da comprovação do pagamento de tributos ou penalidades

tributárias, sendo vedado ao oficial de registro de imóveis exigir sua comprovação (art. 13, § 2o, da Lei 13.465/2017). Entre os exemplos cabíveis, podemos citar o ITCMD (em caso de doação), ITIV ou ITBI (na compra e venda e outros direitos reais onerosos), INSS (nos casos de averbação de construção de até 70m2), taxas municipais, entre outros. A exigência de quitação de tributos municipais (IPTU, por ex.) para que o beneficiário obtenha a regularização do seu imóvel é vedada pela Lei de Reurb.

Segundo a Lei nº 13.465/2017, poderão requerer e promover a Reurb: I - a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, diretamente ou por meio de entidades da administração pública indireta; II - os seus beneficiários, individual ou coletivamente, diretamente

ou por meio de cooperativas habitacionais, associações de moradores, fundações, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público ou outras associações civis que tenham por finalidade atividades nas áreas de desenvolvimento urbano ou regularização fundiária urbana; III - os proprietários de imóveis ou de terrenos, loteadores ou incorporadores; IV - a Defensoria Pública, em nome dos beneficiários hipossuficientes; e V - o Ministério Público.

Os municípios e o Distrito Federal, em seus territórios, são os principais atores para a execução da Reurb, desta forma, são os principais legitimados e poderão dar início ao procedimento de ofício ou com a provocação dos demais legitimados.

Além de iniciar o procedimento de Reurb, os

legitimados podem também promover todos os demais atos da Reurb, inclusive os atos cartorários (art. 14, § 1º). O processo envolve basicamente a coleta das informações pessoais de todos os ocupantes dos imóveis situados na área a ser regularizada, culminando na remessa da devida Certidão de Regularização Fundiária (CRF), documento expedido pelo Município ao final do procedimento da Reurb, constituído pelos seguintes documentos: a) projeto de regularização fundiária aprovado; b) termo de compromisso relativo a sua execução e; c) no caso da legitimação fundiária e da legitimação de posse, da listagem dos ocupantes do núcleo urbano informal regularizado, da devida qualificação destes e dos direitos reais que lhes foram conferidos.

Em resumo, com a elaboração da CRF e sua

inscrição junto ao cartório do registro imobiliário, automaticamente nascerá a tão sonhada titulação dos seus beneficiários, posto que cada um deles terão os seus imóveis devidamente matriculados no Registro de Imóveis competente para o ato.

E onde está a importância disto tudo? Sob o prisma da coletividade, poderá haver melhoramentos, reformas e edificação de equipamentos comunitários. Além disso, há a possibilidade (a depender do projeto de Reurb) de realização de obras de infraestrutura, tais

como saneamento básico, pavimentação, iluminação pública etc.

No aspecto individual, cada um de seus beneficiários terá a oportunidade de, dentro de um determinado espaço de tempo, oferecer o seu imóvel em garantia de operações de crédito, o que poderá impulsionar sobremaneira o desenvolvimento local, com geração de emprego e renda.

É possível que seja realizada a Reurb sem as obras de infraestrutura, no único intuito de dar a

titulação dos bens imóveis aos seus detentores, o que já, como visto acima, um grande passo rumo a autonomia financeira de seus beneficiários. Pode-se, assim, concluir que os municípios têm em suas mãos, dentre tantas outras alternativas, um fabuloso meio para proporcionar, às suas populações mais carentes, moradia digna e com toda a segurança jurídica, além uma arma poderosa para auxiliar no combate ao desemprego e à pobreza.



## 7 AÍ QUER MEXA! A DIVERSIDADE LINGUÍSTICA NOS DIZERES E OS CAUSOS DA COMUNIDADE CAJUEIRENSE

Levi Rodrigues de Miranda

Doutor em Ciências da Educação pela Universidade do Minho/Portugal

E-mail: [levi.miranda@ifrn.edu.br](mailto:levi.miranda@ifrn.edu.br)

**I Ô de casa 🖐️🖐️🖐️, vamos entrando!**

Neste trabalho trazemos à baila a fala do povo cajueirense, uma comunidade de pescadores que apresenta no seu cotidiano estórias e uma variação linguística, que caracteriza de forma peculiar as expressões e vivência de seus moradores. Ô de casa, vamos entrando a partir de agora, numa leitura do modo de vida de um povo pacato e amigo, que tem expressões cômodas no seu modo de falar e repassar seu imaginário popular.

Várias são as expressões e causos praticados ao longo da sua história, pelos nativos de um simples lugar praiano situado na quina do continente, um bucólico distrito urbano pertencente a cidade de Touros/RN. “Aí quer mexa”, se constitui numa das expressões populares bastante recorrente utilizada pela comunidade cajueirense, tem este ditado, o sentido de exclamação de uma fala ou fato de um conterrâneo, quando se exagera ou está em desacordo com o ouvinte ao relatar algo.

É de conhecimento popular que no Brasil devido a sua dimensão continental, mesmo tendo apenas um idioma oficial, são inúmeras as variações da língua portuguesa, que assume diferentes alterações no linguajar do seu povo. São adaptações ou simplificações da língua tanto seu modo de expressão verbal quanto na escrita. Os rearranjos introduzidos na comunicação dos moradores de Cajueiro, não são considerados como erros, pois se justifica pela necessidade de a comunicação ser praticada de forma coloquial direta e fácil para a compreensão pelos habitantes.

A riqueza na peculiaridade dos dizeres cajueirenses, nos impressiona pela criatividade e a modo rápida da transmissão deles, de forma que os falantes do reduto praiano, assimilam, repassam e acrescentam em algumas falas, um pouco do conhecimento do seu cotidiano praial.

Para melhor compreender o foco deste artigo, descrevo de forma reduzida a situação geográfica desta comunidade que ora nos propomos a falar de suas expressões populares, e suas estórias, lendas e imaginário popular.

## II Cajueiro - uma delícia no caminho do gostoso

O pequeno povoado de Cajueiro se localiza precisamente na “quina” do Brasil, onde o “vento faz a curva”, ou seja, muda de direção no litoral do país. A comunidade de pescadores posiciona-se entre as cidades de Touros e São Miguel do Gostoso, que carinhosamente podemos afirmar ser “uma delícia no caminho do Gostoso”. Chega-se a Cajueiro através da BR 101, que tem seu início no entorno da comunidade, seguindo-se através da RN 221 até a cidade de Gostoso, um novo “point” turístico estadual. No trajeto para Gostoso, encontra-se a grande Lagoa do Coelho (ver figura 1), que a principal porta de entrada da praia de Cajueiro, na qual os turistas poderão se aventurar e deliciar-se com as belezas naturais do lugar. Descrevendo a paisagem do lugarejo, assim nos fala Miranda (2002 p. 41)

O quadro natural proporciona uma paisagem de um visual incomparável, destacando-se as lagoas costeiras e as dunas de areias finas e brancas em direção ao farol do Calcanhar. Paisagem que é emoldurada por uma bela praia de traços ainda selvagens repleta de coqueiros, abraçada a um mar de um azul intenso, de uma água pura e cristalina, de temperatura sempre agradável, repleto de barcos pesqueiros, contrastando com os escuros rochedos litorâneos, oferecendo, assim, o desfrute de um ar puro e um sol constante o ano inteiro.

**Figura 1** – Lagoa do Coelho: porta de entrada de Cajueiro



No entanto, a simples comunidade é desprovida de infraestrutura necessária para o acolhimento dos visitantes, pois recebe pouco incentivo por parte da gestão municipal que durante vários anos, tem deixado o distrito carente de equipamentos sociais públicos e comunitários, tais como: áreas de lazer, quadra de esportes, posto policial, saneamento básico, calçamento de ruas, ambulância, espaços artístico-culturais, pousadas e outros.

Mesmo diante das dificuldades cotidianas, a localização geográfica do sítio urbano, disponibiliza um quadro natural que encanta os que chegam de passagem ou de visitação, abençoado por um mar amplo com grandes ondas, que permite a prática do surf diariamente, como também oferece ao pescador uma rica variedade de peixes e crustáceos(ver figura 2), em destaque a abundância lagosteira. Assim, Cajueiro faz a vida acontecer com seus atributos naturais, e seus causos e dizeres diversos falados pelos seus habitantes, como veremos a seguir.

**Figura 2** – O mar de Cajueiro: uma dádiva da natureza



### III Os causos e estórias cajueirenses

É natural que os habitantes de lugares distantes das metrópoles, mantenham as características naturais na sua vivência, no modo de falar, e nos contos e causos repassados pelos seus ascendentes. Várias são as estórias fictícias ou exageradas que fazem parte da identidade cultural da comunidade contado pelos moradores, destacamos a seguir alguns exemplares destes fatos que fazem parte do imaginário coletivo cajueirense:

### **a) A Terra do Capa Homem**

Conta-se que um senhor da família dos Caianas, “buliu” com uma moça de Cajueiro. O pai da donzela ficou revoltado quando soube do acontecido. Obrigou sua filha a escrever uma carta para o autor do inaceitável ato praticado, convidando-o para vir até a sua casa. O pai juntamente com os irmãos da moça “mexida”, fizeram uma ‘tocaia’ no terreno central da comunidade, de propriedade do senhor Manoel da Silva, e de surpresa pegaram o sujeito mal feitor, e como punição pelo grave erro cometido, amarraram e caparam seus testículos com uma grande peixeira, pagando deste jeito o grande mal que fez a donzela. Ficando assim, a praia de Cajueiro, por muito tempo ficou conhecida popularmente com a Terra do Capa Homem.

### **b) O Duelo do Cabo de Guerra**

Está no imaginário popular cajueirense uma rivalidade histórica entre Touros e Cajueiro. Um dos momentos desta disputa entre os dois lugares se deu através do duelo num Cabo de Guerra, ou seja, foi escolhido 20 homens de cada ala rival, e estes teriam que puxar uma grande e grossa corda, cada equipe para seu lado, até uma marca feita no terreno. A equipe dos homens que conseguisse a vantagem através da força física, puxar os concorrentes até atingir a marca, derrubando a equipe adversária, ganharia a aposta. Os fortes varões cajueirenses venceram a difícil batalha, incentivados ao som dos gritos da torcida local, que assim faziam bradava: “Amarra o touro no pé do Cajueiro, / O touro está amarrado no pé do Cajueiro”.

### **c) O Passeio das Almas**

Outra narrativa falada pelos moradores se refere ao Passeio das Almas, conta-se que uma senhora costumava fazer labirinto até altas horas da noite, embora uma vizinha amiga, já tivesse alertado que não era conveniente trabalhar nessas horas e que deveria ser dedicado ao descanso noturno, pois a noite é a ocasião que as almas passeiam pelas ruas da cidade. A mulher por teimosia continuou fazendo o labirinto no horário não recomendado. Numa certa noite, ela recebeu a visita de uma pessoa que pediu para que ela guardasse um grande pacote, e que viria buscar no outro dia. Ao amanhecer do dia ela contou para a vizinha o fato acontecido, estarecida a vizinha juntamente com a labirinteira, resolveram abrir a encomenda deixada, e para a surpresa das duas senhoras, o que existia no pacote era uma grande quantidade de ossos

humanos. Desde este dia em diante, a mulher nunca mais trabalhou no turno da noite, ficou apavorada em presenciar o Passeio das Almas.

Miranda (2002, p. 80) destaca outros causos relatados pelos moradores de Cajueiro, e que são repassados de geração a geração, assim ele nos conta:

Sempre no mês de maio se ouve ao longe, um grande grito que provoca susto e medo nas pessoas que têm a ‘sorte’ de escutá-lo. Esse fato tem sua origem, devido a um grande falso que o menino ‘levantou’ à sua mãe. Ao ser mandado pela mãe para ir ao roçado levar a comida (marmita) do pai, esse menino durante o percurso comeu toda galinha que levava, e ‘melou’ os ossos na areia. E como forma de escapar da punição do faminto pai, inventou uma mentira, contando que durante o trajeto que ele percorria, um homem, suposto amante de sua mãe, teria feito tal ‘presepada’. O pai enraivecido foi para casa e espancou sua mulher durante horas, enquanto isso o menino gritava: ‘haja pau’, ‘haja pau’. Nesse momento a mãe, falou: quem levantou esse falso, vai morrer berrando”. O menino encantou-se, e sempre no mês de maio, aparece para algumas pessoas em forma de um pássaro entoando o canto: ‘haaja pau’ ‘haaja pau’.

O imaginário popular se baseia em fatos corriqueiros da comunidade tendo uma relação direta ou indiretamente com os costumes e as atividades de sobrevivência dos seus convivas, assim Pesavento (1995, p. 22 ) nos afirma que “as idéias-imagens precisam ter no mínimo de verossimilhança com o mundo vivido, para que tenham aceitação social, para que sejam críveis”. Outros causos são relatados pelo pesquisador Miranda (2002, p. 80, grifo do autor), na mesma obra citada.

Contam os cajueirenses que algumas crianças, já carregam desde o seu nascimento o pecado da falta de fé cristã, portanto são predestinadas a vagarem pelo mundo como seres errantes, denominados de “**Lobisomens**”. Um morador do povoado, experiente no assunto afirma que essa figura esquisita sai nas noites de lua cheia, percorrendo sete cidades da região, amedrontando as pessoas por onde passa, alimentando-se de cachorro novo e tripa de peixe, só ‘desvirando’, ou seja, voltando ao normal, um pouco antes do galo cantar. D. Maria Preta, uma velha contadora de histórias confirma, que “*Zé Garapa* (nome de um pescador) *contou que, o próprio lobisomem viu ele tratando peixe debaixo do rancho, e esperou para comer as tripas*”.

Ainda na mesma obra, o autor cajueirense continua a nos relatar outros causos, tais como: o Tambor rolando, uma aparição, que surgia e desaparecia nas noites escuras embaixo da antiga tamarineira; O sombreiro, era a imagem de um menino, que vai gradativamente aumentando de tamanho, formando uma grande sombra nas noites escuras; e os Cavaleiros, que passavam nas altas horas da noite, pelas ruas do povoado troteando seus cavalos. Destacamos, portanto, a seguir, um dos causos mais populares da comunidade, denominado de Batatão, também relatado pelo autor citado:

Em conversa com os moradores de Cajueiro, ao indagarmos sobre suas lendas, percebemos que uma boa parte deles têm a convicção da existência do *batatão*, pois esse ‘malassombro’ já se ‘apresentou’, para quase todos os nativos do povoado que entramos em contato, ou quando não, para algum parente bem próximo, merecedor de total confiabilidade. Em virtude da frequência da sua aparição, essa assombração tornou-se a mais popularizada do lugar e continua amedrontando a população constantemente. *“Começa com uma brasa e vai aumentando até se tornar uma grande bola de fogo”*, relata Elizeuda, a dona de uma venda no centro do povoado, *“isso acontece ‘pro mode’ o pecado”*, complementa Maria preta, uma senhora de mais idade, que demonstra ser mais conhecedora dos “causos” do lugar. Continua ela *“antigamente, quando o compadre Alcides transava com a cumadre Luzia, sempre aparecia o ‘batatão’. Compadre com cumadre é pecado para a igreja”*. A estória do batatão continua na ‘boca do povo’. Outros afirmavam, *“basta rezar o credo que desaparece, ou ainda, se riscar um fósforo ele se apaga”*. Reginaldo de Cicho Grande, um antigo morador que sempre vagueia pelas noites, confirma que sempre vê nas madrugadas, o ‘*batatão*’ na orla marítima, *“é como uma bola de fogo pulando de pedra em pedra”*.

Entendemos a importância e valorização que tem a religião no comportamento social dos moradores do povoado, levando-os a entrelaçarem a vida real com o imaginário, pautado no respeito às leis sagradas, sendo passíveis de punição divina, caso não sigam os preceitos religiosos estabelecidos na sociedade.

São várias as histórias de trancoso que fazem parte da identidade histórico-cultural, dos residentes nativos desta localidade praiana, pois encontramos através dos símbolos, causos, sonhos e fantasias da comunidade, respostas do ser, identidade, memória e da sua subjetividade humana do povo cajueirense. Não nos cabendo o direito da dúvida ou de outras explicações mais formais do mundo dito racional, Cajueiro *“...assim se fez e se faz, levando-se em conta não apenas o racional, o empírico, mas também o simbólico, o imagético, buscando-se assim, dar um sentido a particularidade do lugar, criando sua própria identidade, baseada em suas práticas sociais coletivas”* (MIRANDA, 2002, p. 83).

A riqueza cultural do povoado vai além das narrativas de trancoso, várias são as frases ou expressões populares repassadas de geração para geração, transmitindo experiências e conhecimentos, que permitem aos mais jovens a entenderem espontaneidade da linguagem, e a dinamicidade da comunicação dos cidadãos cajueirenses, como veremos na sequência do texto.

## Os dizeres na língua cajueirense

A dinamicidade da língua portuguesa permite adaptações e modificações culturais pelos seus praticantes, colaborando com esta variação linguística, a sociedade cajueirense tem criado e disseminado vários dizeres, na maneira da comunicação popular entres os seus convivas. Destacamos aqui alguns mais expressivos no momento, embora saibamos que outros termos informais surgirão pela espontaneidade da fala, diante das necessidades comunicativas corriqueiras de seus falantes nativos. Além de, *Aí quer mexa*, expressão citada no início do texto, outros dizeres populares fazem parte do cotidiano da comunidade cajueirense, destacamos alguns na sequência:

- **Aí é que é comida** – quando se refere a algo dito que não esteja dentro da normalidade dos costumes ou não se afina com o diálogo entre dos interlocutores.
- **Uma Bixiga lixa dessa; uma variosa dessa; uma catapora dessa** – expressão de ofensa ao outro, uma espécie de palavrão direcionado ao parceiro da conversa. Uma referência a varíola, ou bexiga, doença infectocontagiosa.
- **Avoi no mato meu fi** – descartar algo que já não serve mais para o uso.
- **Um chafurdo de tirar** – refere-se a um imbróglio, estado de grande confusão, uma situação difícil um grande mal-entendido
- **Tá com cavilação** – está com fingimento ou astúcia.
- **Sandoval é menino** – se assemelha a chamar alguém de sovina, avarento, mesquinho, pão-duro, pessoa que não gosta de gastar. Uma referência a um antigo morador do lugar, que os mais velhos afirmam ter estas características.
- **Botar em errasca** – por alguém em embaraço, confusões, atrapalhões.
- **Também vista** – algo que seja óbvio, evidente, claro, de fácil descoberta.
- **Inticando** – provocando, buscando confusão.
- **Farra Bixiga** – uma grande festa, folia muito animada.
- **Boca da noite** – é o fim da tarde e o começo da noite (ver Figura 3).
- **Esquentar o sangue** – expressão popular, significa levantar o ânimo, encorajar.
- **Jogar conversa fora** – expressão popular, significa passar o tempo.

- **Pro mode** – por motivo de; em consequência de; culpa.
- **Caningando** – perturbando outra pessoa, enchendo a paciência, incomodando.
- **Milacria** – algo desnecessário, que não serve, que não presta.
- **Brincar de tica** – brincadeira de criança, consiste em correr e tocar (ticar) nas participantes.
- **Descaído** – pessoa triste, abatido, desanimada.
- **Canquito, caíco** - peixe pequeno de pouco valor comercial.

Miranda (2002) na elaboração da dissertação de seu mestrado sobre o distrito de Cajueiro, ressaltou vários termos coletados nos instrumentos de pesquisa, utilizados pelos pescadores e população local e para melhor compreensão da linguagem coloquial praticada em Cajueiro, destacamos alguns, a seguir:

| TERMO             | SIGNIFICADO   |
|-------------------|---|
| <b>Afundeado</b>  | fundeado, ancorado, aportado, poita   |
| <b>Araçá</b>      | espécie de fruta pequena de cor amarelada   |
| <b>Araçáçu</b>    | fruta da mesma família do araçá, de dimensão maior  |
| <b>Arraia</b>     | espécie de peixe largo com um rabo fino com dentes, tipo pente  |
| <b>Barrica</b>    | Depósito de madeira para guardar água   |
| <b>Beiju</b>      | Espécie de tapioca, feito de massa da mandioca  |
| <b>Beleza</b>     | Biscoito de povilho em forma de um oito   |
| <b>Bicheiro</b>   | Instrumento de pesca feito de ferro no formato de um anzol e cabo de madeira                                    |
| <b>Cabaço</b>     | O fruto da cabaceira, espécie de depósito d'água feito desse fruto seco   |
| <b>Caçoeira</b>   | Rede de arrasto usada na pesca  |
| <b>Candeia</b>    | Pequeno aparelho de iluminação, feito com folha-de-flandres, munido de pavio abastecido com querosene           |
| <b>Carimã</b>     | Massa azeda de mandioca, mole, reduzida a bolos secos ao sol  |
| <b>Catraia</b>    | Pequeno jangada movida a vara e remo  |
| <b>Causos</b>     | Conto, história criada no imaginário popular  |
| <b>Cocotinhas</b> | Meninas pré-adolescente, muito vaidosa  |
| <b>Espraiado</b>  | Que se alastrou ou se estendeu, espalhado, expandido, dilatado  |
| <b>Garajau</b>    | Espécie de cesto fechado, formado com varas e embiras utilizado para conduzir galinhas e outras aves ao mercado |

|                             |   |
|-----------------------------|---|
| <b>Guaiúba</b>              | o mesmo que guajuba, um tipo de peixe do mar  |
| <b>História de trancoso</b> | Narrativa de ficção, conto popular  |
| <b>Latada</b>               | Cobertura improvisada para abrigar alguém ou alguma coisa   |
| <b>Lêndeadas</b>            | Designação popular aos ovos de piolho, que se agarram aos cabelos   |
| <b>Maeãnas</b>              | localidade de Cajueiro, onde existem as cacimbas de água doce   |
| <b>Mangote</b>              | Pequena rede de pesca   |
| <b>Manguzá</b>              | espécie de comida feita com milho e leite de coco   |
| <b>Malassombro</b>          | Assombração   |
| <b>Melão Caetano</b>        | Espécie de folhagem trepadeira  |
| <b>Moita</b>                | Pequeno arbusto de mata fechada   |
| <b>Oitão</b>                | Alpendre lateral da moradia   |
| <b>Paquete</b>              | Pequenas jangadas feita em compensado naval   |
| <b>Pelada</b>               | futebol amador praticado na praia durante a baixa-mar   |
| <b>Poita</b>                | Corda que serve para a amarração dos barcos pesqueiros  |
| <b>Presepada</b>            | Arte, astúcia, traquinagem travessura   |
| <b>Quarar</b>               | Expor roupa ao sol para clarear, branquear  |
| <b>Rodia (rodilha)</b>      | Pano enrolado como rosca, usado na cabeça, e sobre o qual se assenta a carga (a trouxa de roupa, o pote, o feixe de lenha)  |
| <b>Samburá</b>              | Cesto feito de cipó, bojudo e de boca estreita, usado pelos pescadores para recolher peixes, camarões ou carregar seus petrechos                                  |
| <b>Tarrafa</b>              | Pequena rede de pesca, circular, com chumbo nas bordas e uma corda ao centro, pela qual o pescador a retira fechada da água, depois de havê-la arremessado aberta |
| <b>Tuaçu</b>                | Espécie de âncora feita com pedra tosca   |
| <b>Trancoso</b>             | Medo proveniente de causa inexplicável, pavor motivado pelo encontro ou aparição imaginária de coisas sobrenaturais   |
| <b>Varava</b>               | Atravessar um período; passar   |
| <b>Varões</b>               | Indivíduo do sexo masculino   |
| <b>Visagem</b>              | Fantasma  |

Além das belezas naturais de Cajueiro (ver Figura 4), a variedade da linguística, tem contribuído para ressaltar a singularidade do lugar. Os dizeres populares fazem parte do dia a dia dos cajueirenses, que se comunicam e se divertem ao fazer uso das falas espontâneas, despreocupados com regras gramaticais formais. Enfim, é a linguagem popular, utilizada em muitas das vezes de forma reduzida, e de fácil assimilação pelos seus convivas, independentemente do nível de escolaridade ou posição social, que faz Cajueiro ter a unicidade do seu povo.

**Figura 3** – Uma praia de belezas encantadoras.



### Estamos de saída

Após as ponderações sobre a vivência cajueirense, **estamos de saída** momentaneamente das reflexões, sobre o morar, sentir e pensar Cajueiro, ou seja, seu modo de vida peculiar. Ressaltamos que a composição identitária do povoado de Cajueiro através de seus causos, fantasias e dizeres populares, colaboram para a autoafirmação de suas características próprias, se diferenciando dos demais povoados do território tourense, como também das outras comunidades pesqueiras.

São as expressões orais, o palavreado, a gesticulação, os causos, sonhos, lendas, fantasias e devaneios mais comuns, reproduzidos ao longo dos tempos no imaginário coletivo da comunidade cajueirense, que nos faz aceitar e nos encantar por este jogo de representações

construídas e expressas pela comunidade local, compreendemos desta forma, os significados simbólicos, e o verdadeiro sentido da realidade cotidiana na qual a linguagem e suas histórias, se adaptam às necessidades e ao prazer de ser feliz num simples lugarejo, denominado de Cajueiro.

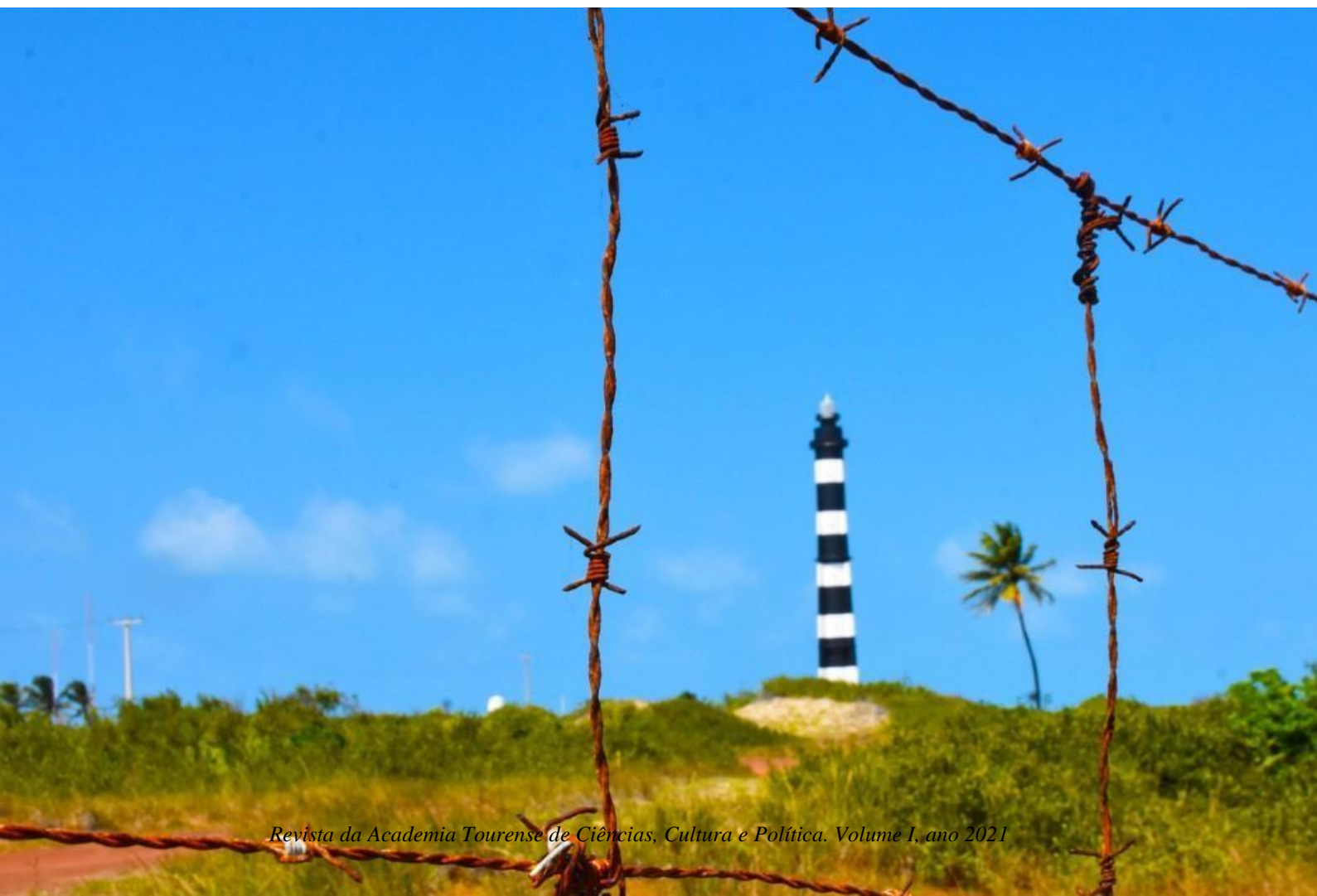
Nosso estudo não se encerra por aqui, faremos uma pausa para em breve voltarmos a tagarelar sobre Cajueiro, no que se refere aos seus costumes e credences culturais, ressaltando num desfile glorioso as figuras pitorescas do lugar.

### Referências

MIRANDA, Levi Rodrigues de. **Entre os caminhos e imagens do labirinto urbano de Cajueiro-Touros/RN**. 2002. 163 f. Dissertação (Mestrado em Conforto no Ambiente Construído) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2002.

PAVAN, Mayra Gabriella de Rezende. Língua culta e coloquial. Disponível em: <https://www.portugues.com.br/redacao/lingua-culta-coloquial.html>. Acesso em: 4 mar. 2021.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. **Revista brasileira de História**, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 9-27, 1995.



## 8 AS BANDEIRINHAS DE TOUROS, O FEMINISMO E A ACADEMIA

**Luiz Penha**  
**Jornalista (UFRN)**

**E-mail: [luizpenha25@gmail.com](mailto:luizpenha25@gmail.com)**

O município de Touros foi a porta de entrada para a criação do estado do Rio Grande do Norte, por meio da chantagem do marco colonial português, em 07 de agosto de 1501, o chamado Marco de Touros, pela expedição comandada pelo navegador português, Gaspar de Lemos. Monumento hoje localizado no museu Câmara Cascudo/UFRN, em Natal, capital do estado.

As Bandeirinhas de Touros são uma manifestação tradicional (com formação exclusivamente feminina) que têm registro na história do município desde o início do século XX, sendo o único reconhecido como originário de Touros, segundo pesquisas do folclorista norte-rio-grandense, Deífilo Gurgel (*in memoriam*). A manifestação se dá com a dança exclusiva de mulheres, com hinos próprios de louvor a São João, São Pedro e Santana, reunidas em um espaço físico, dançando em duplas. Antigamente, por volta de meia-noite, o cortejo saía pelas ruas, em direção ao rio da cidade, onde as componentes tomavam banho, despidas, nas águas do rio que corta a cidade. Hoje o grupo realiza o cortejo e retorna a casa/sede em função da poluição ambiental que se instalou no rio Maceió.

Não há na literatura registro das origens do grupo, sendo este registro a partir da figura de Joana Pacheco, filha do município de Areia Branca, Rio Grande do Norte, que se destaca pela significativa produção de sal e pelo seu porto ilha, canal de exportação do produto. Pelos poucos registros existentes, o grupo realmente teria sua origem no município de Touros, com as figuras de Joana, Maria Pereira, Francisca Conduru, Geracina, Finha e tantas outras que mantêm a chama acesa até os dias atuais.

Seria Joana Pacheco uma ativista cultural em sua época? Teria o município de Areia Branca registros dessa manifestação em décadas passadas? O surgimento da manifestação foi realmente uma iniciativa de Joana, ou ela abraçou a ideia a partir da iniciativa das próprias tourenses?

É sabido que o grupo tem um forte lado sagrado com o louvor aos santos João, Pedro e Santana. Por outro lado, tem uma porção de profano junto ao sagrado, sendo o seu ponto mais forte o banho de rio despidas. Esse fato tem seu registro no próprio cancionário que acompanha o grupo.

“[...] São João foi tomar banho  
Com vinte e cinco donzelas  
As donzelas caiu n'água  
São João caiu com elas [...]”

O movimento feminista no Brasil surgiu por volta do século XIX, defendendo a educação feminina, o direito de voto e a abolição da escravatura.

Nísia Floresta, escritora norte-rio-grandense, é considerada precursora do feminismo brasileiro. A professora e educadora fundou escolas para meninas no Rio Grande do Sul e posteriormente no Rio de Janeiro.

Era uma mulher que tinha opiniões próprias e que as manifestava publicamente em seus escritos e em artigos publicados em jornais de sua época. Vivia em um contexto de produtivo relacionamento intelectual, inclusive com viagens e residência na Europa. Um de seus amigos era o filósofo positivista, Augusto Comte.

Em um cordel recente que escrevi sobre a escritora, denominado Nísia – a floresta de Papari, verseei:

No tema educação  
Escancarou sua bandeira  
Defendendo o feminismo  
Sendo uma voz altaneira  
No Brasil de dezenove  
Foi tida como a primeira

Teriam As Bandeirinhas de Touros, em sua origem, surgido como manifestação cultural formada somente por mulheres por influência do movimento feminista? A literatura até então conhecida não apresenta elementos que fortaleçam essa tese, apesar dos elementos libertários do grupo, como sua composição exclusivamente feminina e o banho de rio despidas.

Ao longo de sua trajetória o grupo tem encontrado percalços que não atingem somente ele, mas de um modo geral atingem também os movimentos e as manifestações da cultura oral ao longo da história: rezadeiras, mamulengueiros, cantadores, coquistas que não encontram apoio e reconhecimento do Estado brasileiro.

Como as políticas de Estado são omissas em relação a cultura, essas manifestações ficam à mercê da simpatia dos dirigentes estaduais e municipais e sua sensibilidade para essas questões e/ou de iniciativas para a criação de leis culturais que garantam amparo a esses grupos e representantes da cultura popular. Nesse cenário de incertezas, As Bandeirinhas de Touros têm resistido e se apresentado ao longo de todo esse tempo. Uns mais favoráveis, outros menos.

Nesse contexto, o grupo foi motivador do surgimento de trabalhos acadêmicos que abordaram seus aspectos estéticos e simbólicos, como a dissertação produzida pela acadêmica da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Cecília Brandão Carvalho, com o tema: “As Bandeirinhas de Touros – Tradição e educação sensível”, que aborda a estesiologia, a ciência que trata do estudo dos sentidos (sensações físicas) e da sensibilidade (capacidade de perceber as sensações físicas)<sup>2</sup>.

Outro trabalho acadêmico que fala das Bandeirinhas de Touros é a abordagem na Revista do Fórum Internacional de Ideias, volume 7, número 2, “O Registro e a Formação da Memória na Formação da Identidade Brasileira”. Nessa publicação há a produção intitulada, As Tradicionais Bandeirinhas de Touros – RN, de iniciativa da profa. Maria Antônia Teixeira da Costa, páginas 5-10.

Vemos que com todas as dificuldades encontradas, o grupo permanece vivo, resistente e centenário, como confirmam os versos que escrevi no cordel, Touros: Cultura, Tradição e História

Bandeirinhas na origem  
 Joana Pacheco trazia  
 Entram em cena Conduru  
 Geracina e dona Finha  
 Mulheres em plena dança  
 Louvando seus santos guia.



<sup>2</sup> <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/23837>.

## 9 ECOS DE UM ESQUECIMENTO: OS ÍNDIOS DA FREGUESIA DO SENHOR BOM JESUS DOS NAVEGANTES DO PORTO DE TOUROS (SÉCULO XIX)

Pedro Pinheiro De Araújo Júnior

Doutorando em História (UFRN)

Em nosso tempo presente, observamos a História de Touros comumente ligada às navegações marítimas, principalmente por ser um local estratégico que levou aventureiros, navegadores e pescadores a singrarem por esse mar em busca de seus desafios e conquistas desde os primórdios do período colonial. No entanto, alguns questionamentos devem ser verbalizados sobre as origens dos seus primeiros moradores, em vista de, desde os primeiros relatos de europeus nesse litoral que hoje chamamos de Touros, comumente se descreveu existirem pequenas localidades e aldeias com populações indígenas. A primeira referência foi descrita pelo navegador florentino Américo Vespúcio, que descreveu para o rei de Portugal, D. Manuel I, em 17 de agosto de 1501, que esse litoral era habitado por “muitos nativos, mas, no início do desembarque, não notamos gente alguma, embora por inúmeros sinais soubéssemos que muitas pessoas ocupavam a orla”. O relato do ilustre navegador, cujo nome deu origem ao nosso continente, pode ser analisado como o primeiro registro sobre as populações originais que habitavam o nosso litoral e que foram testemunhas dos primeiros contatos com os europeus. Esses povos tinham um modo de vida bem diverso e diferente das populações europeias do século XVI, no entanto, não deixaram registros escritos sobre seus modos de vida, cultura, história. Infelizmente, o que sabemos sobre os Potiguara, que habitavam o litoral do Rio Grande do Norte, são relatos de cronistas, cartógrafos e agentes da Coroa portuguesa nos séculos XVI e XVII.

A cartografia do século XVI, principalmente os mapas produzidos na França, demonstram um contato efetivo nessa costa, com as relações comerciais de escambo entre corsários e Potiguara no comércio de pau-brasil e outros produtos como animais e peles. O mapa de Jean de Vaulx de Claye de 1579 é a principal referência das localizações desses povos em nosso litoral ao descrever uma aldeia Potiguara próxima ao Cabo de São Roque chamada “Soussutin”. Para Olavo de Medeiros Filho, pelo idioma tupi, pode-se interpretar de “Çuaçu

Tin, isto é, Focinho de Veado, provavelmente o nome de um chefe indígena aliado dos franceses” nesse litoral, reforçando, assim, que existiam alianças entre franceses e Potiguara no litoral norte da Capitania do Rio Grande desde os primórdios dos primeiros contatos com os europeus no início do século XVI.

No entanto, bem diferente desse período dos primeiros contatos com os europeus, existe uma carência tanto em fontes coloniais como em pesquisas de historiadores que descrevam a trajetória dessas populações originais na região do Porto de Touros nos últimos séculos da colonização portuguesa, XVIII e XIX, dando a ideia de que os índios só existiram em nossa região nos primeiros tempos coloniais, e em seguida, sumiram desse espaço. Desse modo, eles foram extintos das terras tourenses ou fugiram para os sertões?

Essa ideia tão presente no senso comum e na historiografia clássica, de que os índios estavam desaparecidos, pode ser sintetizada nas produções do historiador Luís da Câmara Cascudo, que lançou diversas obras basilares para nossa historiografia, dentre elas: *História da Cidade do Natal* (1947), *História do Rio Grande do Norte* (1955) e *Nomes da Terra* (1968). Nas questões sobre os povos indígenas, o autor foi enfático sobre o apagamento dessas populações na *História do Rio Grande do Norte* ao descrever que em “três séculos [de colonização portuguesa] toda essa gente desapareceu. Nenhum centro resistiu, na paz, às tentações da aguardente, às moléstias contagiosas, às brutalidades do conquistador”, ao mesmo tempo, com o fim do período colonial, no século XIX, o autor foi categórico: “o indígena entrou para morrer”. Câmara Cascudo teceu esse último comentário ao analisar os dados censitários da primeira metade do século XIX, quando, nas antigas vilas de índios, os números de índios diminuía a cada período de contagem.

Em vista disso, ao analisarmos os processos de formação dos primeiros núcleos populacionais em Touros, no decorrer da colonização portuguesa, que avançou pelos antigos solos indígenas, podemos perceber essas territorializações com a criação de diversas vilas de índios e freguesias no espaço da Capitania do Rio Grande do Norte no século XVIII. Exemplo disso foi a criação da Freguesia e Vila de Extremoz do Norte, em 3 de maio de 1760, onde anteriormente foi a Missão do Guajiru, que reunia diversos grupos indígenas remanescentes sob a administração de padres jesuítas. Foi nesse espaço que essas populações nativas de diversas origens e que estavam em processos de desterritorialização de seus espaços de origem foram reterritorializadas, ou seja, submetidas a uma nova territorialização coordenada pela administração da Coroa portuguesa. Fátima M. Lopes nos descreve que com a criação das Vilas de Índios, os rituais de fundação das vilas e freguesias eram realizados com a participação dos

nativos. Para a autora, deixava-se claro que, apesar de livres, os índios moradores nas novas Vilas deveriam permanecer submetidos aos desígnios régios e às obrigações que essa concessão implicaria.

Entrementes, já no período imperial (1822-1889), a Vila e Freguesia de Extremoz foi desmembrada em um novo território com a criação da Freguesia do Senhor Bom Jesus dos Navegantes do Porto de Touros por decreto imperial de 5 de setembro de 1832. Desse modo, os territórios da antiga freguesia de Extremoz foram divididos em duas partes, tendo como marco divisor entre eles o Rio Maxaranguape. Três anos depois, foi criada pelo Conselho Provincial a elevação do Porto de Touros à categoria de Vila através da Lei nº 21, de 27 de março de 1835.

Desse modo, seguido o processo de catequização e aldeamento das populações indígenas, e com a criação das vilas até o século XIX, ocorreu uma padronização desses indivíduos, uniformizando-os com “qualidades” pardas e caboclas em dinâmicas de apagamentos de sua ancestralidade, em um contínuo esquecimento de suas origens. Todo esse processo desencadeou, inclusive, na historiografia da primeira metade do século XX, a continuidade desses discursos de apagamento.

Assim, as análises prévias realizadas na documentação das freguesias citadas vêm evidenciando, de modo indiciário, a reterritorialização da população indígena, isto é, a sua sobrevivência nas referidas freguesias criadas a partir da Vila de Extremoz, onde indivíduos que foram batizados ou cassaram-se nesses territórios eclesiásticos foram distinguidos dos outros como “índios”, “índias” e “cabras”<sup>3</sup> até a década de 1880. Foi registrado, por exemplo, no Livro de Batismo da Freguesia do Senhor Bom Jesus do Porto de Touros, o caso do menino Anacleto, nascido em 19 de julho de 1883, batizado na Matriz no dia 5 de agosto do mesmo ano, filho natural de Maria, nomeado com a qualidade “cabra” pelo escrivão da dita freguesia<sup>4</sup>.

Outrossim, percebe-se como essas famílias indígenas foram ocultadas nos registros paroquiais e suas qualidades foram substituídas de indígena para parda no decorrer do século XIX. Os indivíduos indígenas tentaram de alguma maneira manter sua identidade cultural, seja no sobrenome ou na sua religiosidade, mas inseridos em contextos culturais diferentes da sua

---

<sup>3</sup> Para Eduardo França Paiva, a categoria “cabra” remete às mestiçagens provocadas entre as mesclas de índios e africanos na América Portuguesa. O emprego do termo como uma “qualidade” foi muito comum no Brasil, principalmente no século XVIII. Dependendo dos critérios de quem fez os registros, “cabras” poderiam virar índios, mulatos e pardos (PAIVA, 2015, p. 225-229).

<sup>4</sup> LIVRO de registro de batismo e casamento da Freguesia do Senhor Bom Jesus dos Navegantes do Porto de Touros (1855-1897).

realidade. Assim, utilizaram-se dos casamentos ou batizados na Igreja Católica para sobreviver à nova realidade imposta às suas famílias. Podemos exemplificar os casos das nove crianças indígenas batizadas na Matriz do Senhor Bom Jesus dos Navegantes do Porto de Touros, entre 1836-1844, e que foram nomeadas de gentios pelo escrivão da freguesia<sup>5</sup>.

Segundo o dicionário de Luiz Maria da Silva Pinto, o termo gentio designa “idólatra, que não tem conhecimento do Verdadeiro Deus. Também se toma por gentilha”. Para França Paiva, o termo “gentio” vigorou entre o século XV e o XIX e é proveniente do latim, o termo indicava “paganismo e opunha-se a cristão”. Nessa perspectiva, alguns questionamentos surgem para essa questão. Como o termo gentio serviu para designar esses indivíduos e suas famílias inseridas em religiões fora do credo católico nesse espaço? Ou esses indivíduos indígenas estavam à margem dos grupos indígenas há gerações, já catequizados, na vila de índios de Extremoz, e mantiveram em outros espaços, como Ceará-Mirim e Touros, suas tradições religiosas ancestrais como meio de manter sua cultura preservada diante do avanço do cristianismo nesses espaços?

Essas perguntas são o que motiva a nossa pesquisa sobre essas invisibilidades dos povos indígenas ao norte da cidade do Natal, sobretudo na região de Touros. Precisamos encontrar novos indícios em análises comparativas em documentos paroquiais das freguesias de Extremoz e Ceará-Mirim para problematizar essas questões sobre o “desaparecimento” dos povos indígenas.

Por fim, em nosso tempo presente, percebemos esses fenômenos de séculos de “apagamento” quando dos mais de 31 mil habitantes tourenses, segundo os dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, apenas 31 se autodeclararam indígenas, representando apenas 0,1% dessa população, enquanto pouco mais de 65% desses indivíduos se declararam pardos. Desse modo, ainda precisamos analisar os fatores dessa uniformização e como a padronização das populações de Touros no século XIX pode ter contribuído no processo de invisibilização indígena. Ainda temos muito para avançar nos estudos sociais e históricos que envolvem os indígenas do passado e sobre os seus descendentes no presente.

---

<sup>5</sup> LIVRO de registro de casamentos da freguesia do Senhor Bom Jesus dos Navegantes do Porto de Touros (1834-1851).

## Referências

ARAÚJO JÚNIOR, Pedro Pinheiro de. Do sertão do cabo de São Roque ao do Porto do Touro: o processo de territorialização do litoral da Capitania do Rio Grande (século XVII). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 30., 2019, Recife. Anais [...]. Recife: Associação Nacional de História, 2019. Tema: História e o futuro da educação no Brasil.

ARAÚJO JÚNIOR, Pedro Pinheiro de. “**Não é terra de préstimo e nunca foi povoada**”: a territorialização dos sertões do Cabo de São Roque (1500-1719). 2019. 193 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

ARAÚJO JÚNIOR, Pedro Pinheiro de. História do município de Rio do Fogo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**, v. 99, p. 119-121, 2020.

BIBLIOTECA NACIONAL DA FRANÇA. [Carte de la côte du Brésil] Jacques de Vau de Claye m'a fait en Dieppe l'an 1579. Departamento de Mapas e Planos. Códice: GED-13871 (RES). Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b550026193/f1.item>. Acesso em: 21 jul. 2018.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Nomes da Terra: Geografia, História e Toponímia do Rio Grande do Norte**. Natal: Sebo Vermelho, 1968.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. 2. ed. Natal: Fundação José Augusto, 1984.

LIRA, Augusto Tavares. **História do Rio Grande do Norte**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2012.

LIVROS de registros de batismos, casamentos e óbitos da Freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres e São Miguel de Extremoz (1833-1875). Sob a guarda do Arquivo Metropolitano da Arquidiocese de Natal (AMAN).

LIVROS de registros de batismos, casamentos e óbitos da Freguesia do Senhor Bom Jesus dos Navegantes do Porto de Touros (1833-1900). Sob a guarda do Arquivo Metropolitano da Arquidiocese de Natal (AMAN).

LOPES, Fátima Martins. **Índios, Colonos e Missionários na Colonização da Capitania do Rio Grande do Norte**. Natal: IHGRN, 2003. (Prêmio Janduí/Potiguaçu).

MEDEIROS FILHO, Olavo de. O Rio Grande do Norte no Mapa de Jacques de Vaulx, de Claye (1579). **Caderno de História**, v. 3, n. 1, jan.-jun. 1996, p. 30-34.

PAIVA, Eduardo França. **Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. 301 p.

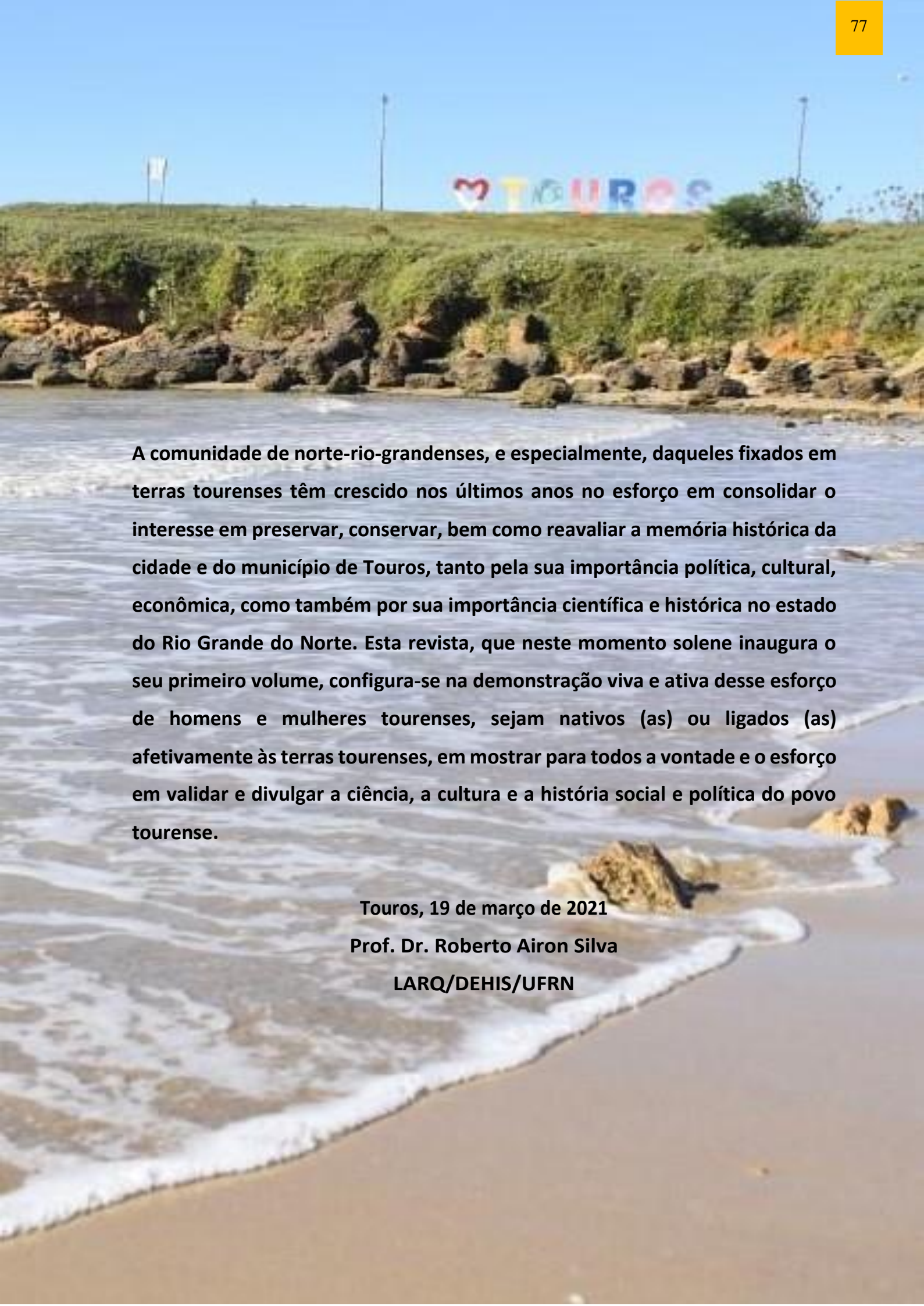
PATRIOTA, Nilson. **Touros**: uma cidade do Brasil. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 2000.

PINTO, Luiz Maria da Silva. **Diccionario da Língua Brasileira**. Ouro Preto: Tipographia Silva, 1832.

TENÓRIO, Antônio. **Porto dos Touros**: freguesia e vila. Natal: Sebo Vermelho, 2020.

VESPÚCIO, Américo. **Novo mundo**: as cartas que batizaram a América. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013. (Coleção biblioteca básica brasileira; 38).





**A comunidade de norte-rio-grandenses, e especialmente, daqueles fixados em terras tourenses têm crescido nos últimos anos no esforço em consolidar o interesse em preservar, conservar, bem como reavaliar a memória histórica da cidade e do município de Touros, tanto pela sua importância política, cultural, econômica, como também por sua importância científica e histórica no estado do Rio Grande do Norte. Esta revista, que neste momento solene inaugura o seu primeiro volume, configura-se na demonstração viva e ativa desse esforço de homens e mulheres tourenses, sejam nativos (as) ou ligados (as) afetivamente às terras tourenses, em mostrar para todos a vontade e o esforço em validar e divulgar a ciência, a cultura e a história social e política do povo tourense.**

**Touros, 19 de março de 2021  
Prof. Dr. Roberto Airon Silva  
LARQ/DEHIS/UFRN**